

CNIS

IMPORTÂNCIA ECONÓMICA E SOCIAL
DAS IPSS EM PORTUGAL

Estudo elaborado para a CNIS
– Confederação Nacional
das Instituições de Solidariedade
Social no âmbito da Candidatura
N.º POISE-03-4639FSE-000007
de 2 de agosto de 2016

DEZEMBRO 2017

IMPORTÂNCIA ECONÓMICA E SOCIAL DAS IPSS EM PORTUGAL

EDIÇÃO
DEZEMBRO 2018

AUTOR
AMÉRICO M. S. CARVALHO MENDES

COORDENAÇÃO
AMÉRICO M. S. CARVALHO MENDES
FILIPE B. PINTO

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
ORGAL

DESIGN
STUDIO EDUARDO AIRES

TIRAGEM
2500 EXEMPLARES

ISBN
978-989-20-9045-0

DEPÓSITO LEGAL
449279/18

1	EQUIPA RESPONSÁVEL PELO ESTUDO E AGRADECIMENTOS	
1.1	Coordenação	13
1.2	Colaboradores e agradecimentos	15
2	RESUMO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS DO ESTUDO	21
3	OBJETO DO ESTUDO	
3.1	Componentes principais do estudo	27
3.2	Redução do custo de bens e serviços de apoio social a pagar por pessoas em situação de carência económica	29
3.3	Implicações da redução dos custos a pagar pelos seus utentes para a estrutura financeira e a rendibilidade das IPSS	33
3.4	Implicações para as condições de rendibilidade das IPSS decorrentes do elevado peso relativo dos gastos com pessoal (“Enfermidade de Baumol”)	35
3.5	Oferta de proximidade de serviços de apoio social a pessoas que, doutro modo, não teriam acesso a eles	37
3.6	Mobilização de contribuições voluntárias da sociedade civil, em dinheiro e em espécie, para a coesão social	39
3.7	Mobilização de trabalho voluntário para a coesão social	41
3.8	Presença das IPSS em localidades onde não existe mais nenhuma oferta de serviços de apoio social	43
3.9	Captação de recursos financeiros externos para as economias locais e seus efeitos multiplicadores nessas economias	45
4	METODOLOGIA DO ESTUDO	
4.1	Metodologia de construção da base de dados da população das IPSS ativas no Continente e nas Regiões Autónomas	49
4.2	Metodologia de construção do ficheiro das IPSS que constituem a Central de Balanços criada neste estudo	55
4.3	Peso relativo do conjunto das 565 IPSS da Central de Balanços criada neste estudo na população total destas organizações	61
4.4	Especificação da desagregação da conta de demonstração de resultados necessária para o cálculo dos indicadores propostos neste estudo	65
4.5	Metodologia de recolha de dados e de cálculo do valor do trabalho voluntário	69
4.6	Metodologia de recolha de dados e de apuramento dos indicadores sobre a espacialidade da oferta de serviços prestados pelas IPSS	71
4.7	Metodologia de recolha de dados e de cálculo do multiplicador de rendimento local	73
5	RESULTADOS DO ESTUDO	
5.1	Redução do custo de bens e serviços de apoio social a pagar por pessoas em situação de carência económica	77
5.2	Implicações da redução dos custos a pagar pelos seus utentes para a estrutura financeira e a rendibilidade das IPSS	81
5.3	Implicações para as condições de rendibilidade das IPSS decorrentes do elevado peso relativo dos gastos com pessoal (“Enfermidade de Baumol”)	87
5.4	Oferta de proximidade de serviços de apoio social a pessoas que, de outro modo, não teriam acesso a eles	91
5.5	Mobilização de contribuições voluntárias da sociedade civil, em dinheiro e em espécie, para a coesão social	93
5.6	Mobilização de trabalho voluntário para a coesão social	97
5.7	Presença das IPSS em localidades onde não existe mais nenhuma oferta de serviços de apoio social	99
5.8	Captação de recursos financeiros externos para as economias locais e seus efeitos multiplicadores nessas economias	101
5.9	Algumas comparações internacionais	105
6	RECOMENDAÇÕES	119
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123
8	ANEXOS	
8.1	Estrutura dos rendimentos e dos gastos das IPSS que integram a Central de Balanços criada neste estudo, por distritos e Regiões Autónomas, em 2016	129
8.2	Estrutura dos rendimentos e dos gastos das IPSS que integram a Central de Balanços criada neste estudo, por formas jurídicas, em 2016	139

Há uma “cultura muito nossa” em que cada português se sente “guarda do seu irmão” e em que muitos, no exercício da cidadania ou por caridade ou solidariedade, não rejeitam “fazer o que está ao seu alcance na construção coletiva” para um melhor devir de cada um e de todos.

E quando se diz “cultura muito nossa” é porque, entre nós, a ação social direta desenvolvida pelas pessoas de cada localidade e da generalidade das localidades, que se organizam, se potencializam e se movimentam em favor das “suas” pessoas com deficiência, das “suas” crianças, dos “seus” jovens e dos “seus” idosos — e muito especialmente em favor dos que mais precisam — é muito anterior ao despertar do Estado para as suas responsabilidades sociais. Há capilaridade, caridade, cidadania, cooperação, gratuidade, opção preferencial pelos mais carenciados, proximidade, solidariedade, subsidiariedade e voluntariado.

É uma cultura que se encontrava já no séc. XIII. Nessa altura, foram constituídas associações mutualistas que ainda hoje inspiram as associações de socorros mútuos “fúnebres familiares”. Foram mais tarde criadas as Irmandades da Misericórdia para assegurar a assistência aos pobres e indigentes, muitas das quais ainda se mantêm em atividade. Já no século XX, instituições (normalmente ligadas à Igreja Católica) iniciaram o atendimento das crianças em creches e jardins de infância, bem como em atividades de tempos livres, serviço pioneiro e, até há pouco, assegurado praticamente em exclusivo por essas instituições, assim também com as instituições de apoio a idosos e a cidadãos com deficiência.

É uma cultura multissecular que marca a prática de competência e ciência que não têm concorrentes, assegurada por uma rede de entidades e instituições de natureza particular, fora do perímetro do Estado ou de outras entidades públicas

e concretizada pela entidade mais próxima, numa escala territorial, e pelos corpos intermédios, antes da esfera pública, no que respeita à natureza das organizações.

São organizações de uma comunidade que se envolve e não se desmobiliza e que, nos momentos de crise, se comporta de uma forma expansionista e em contraciclo, se comparada com os outros setores tradicionais da economia e com outras sociedades.

São economia das pessoas e para as pessoas, com abordagem mais humanista, mais próxima e mais benéfica para os cidadãos, sobretudo, para os que vivem em situações de maior fragilidade social.

São associações (3364), cooperativas (161), fundações (252) ou mutualidades (85) de solidariedade social, casas do povo (174), centros sociais paroquiais (1.017), institutos de organização religiosa (219) e misericórdias (375), num conjunto global de 5647, agrupadas em federações, uniões e confederações, com respostas para acolhimento institucional para crianças e jovens em perigo e alojamento social de emergência, com cantinas sociais, casas abrigo, centros (de acolhimento, de convívio, de dia e de noite para pessoas idosas, de apoio à vida e a toxicodependentes, de apoio familiar e aconselhamento parental, comunitários e protocolares, de atividades ocupacionais e de tempos livres), com creches, cuidados continuados integrados, jardins de infância, lares (residenciais, de infância e juventude ou pessoas idosas) e serviços de apoio domiciliário. São Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) que, no seu conjunto, constituem o Setor Social e Solidário.

O Setor Social e Solidário não só foi crescendo exponencialmente em número de Instituições constituídas, particularmente a partir de 19 de dezembro de 1996, dia em que foi assinado o Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social e dia, a partir do qual e até agora, as respostas sociais

não só triplicaram, como, pela sua distribuição por todo o território e junto das comunidades em que estão inseridas, passou a assumir grande importância social e económica e apontou vias de futuro sem inversão.

É um Setor que está protegido pelo art.º 63.º, n.º 5 da Constituição da República Portuguesa que reconhece a existência das IPSS, enquadrando-as então no âmbito do Sistema de Segurança Social e estabelecendo o direito a serem apoiadas pelo Estado para o desenvolvimento das suas atividades. A lei concretizou esta obrigação em contratos celebrados entre os Serviços Públicos de Segurança Social e as IPSS – Acordos de Cooperação.

Para uma quantificação atualizada da importância social e económica das Instituições Particulares de Solidariedade Social em Portugal a CNIS assegurou o cofinanciamento do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE), Portugal 2020, e confiou o estudo à Equipa da ATES – Área Transversal de Economia Social da Universidade Católica Portuguesa (Porto) que o desenvolveu sob a coordenação do Professor Doutor Américo Manuel dos Santos Carvalho Mendes e a assessoria da Dra. Palmira dos Santos Macedo.

Com este estudo a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade compromete-se a avançar para a constituição de uma Central de Balanços, em comunhão com o Banco de Portugal, e dota o País do mais completo trabalho sobre a importância económica e social do Setor Social e Solidário em Portugal, Setor que é pilar indestrutível do seu Estado Social.

LINO MAIA

1

EQUIPA RESPONSÁVEL
PELO ESTUDO E
AGRADECIMENTOS

1.1 COORDENAÇÃO

Equipa da ATES – Área Transversal de Economia Social da
Universidade Católica Portuguesa – Porto:

- Américo Manuel dos Santos Carvalho Mendes
- Filipe Nuno Carvalho Barros Pinto

1.2 COLABORADORES E AGRADECIMENTOS

A equipa de coordenação do estudo agradece, de forma muito sentida, à Direção da CNIS, na pessoa do seu Presidente, Sr. Padre Lino Maia, e à Sra. Dra. Palmira Macedo, sua assessora para a área em que este estudo se desenvolveu, tudo o que fizeram para tornar este trabalho possível: a iniciativa do seu lançamento, a mobilização dos recursos para a sua execução, as sugestões para a sua melhoria, toda a disponibilidade e compreensão com que foram acolhendo os vários caminhos e tempos do percurso seguido na execução do estudo e o excelente relacionamento que sempre mantiveram com a equipa de coordenação.

A equipa de coordenação também agradece muito o bom acolhimento que deram a este estudo e a disponibilidade para colaborar no seu desenvolvimento futuro por parte do Sr. Governador, Dr. Carlos Costa, do Sr. Diretor do Departamento de Estatística, Dr. António Garcia, da Sra. Dra. Paula Casimiro, Coordenadora da Área da Central de Balanços e de mais responsáveis e colaboradores do Banco de Portugal, bem como as sugestões de melhoria muito úteis que foram enviadas pelo Sr. Dr. Mário Lourenço, Coordenador do Núcleo de Análise Setorial do Departamento de Estatística.

Pedindo desculpa por alguma omissão involuntária, a equipa de coordenação do estudo também agradece muito às seguintes pessoas que, nas condições de dirigentes, ou de funcionários de IPSS, ou noutros estatutos, se prontificaram para criar condições e colaborar na recolha de dados necessários para este trabalho:

A

Agostinho Sousa
 Alfredo Manuel Figueiredo Costa
 Amâncio Ribeiro
 Ana Filipa Amaro Marques
 Andreia Videira
 António Gonçalves
 António Tomás
 Arnaldo Rodrigues

C

Carla Manuela Ribeiro da Silva
 Carlos Manuel Cortês Henriques Cunha
 Cátia de Jesus Lourenço Asseiro
 Cláudia Maria Resende Fernandes
 Conceição Morais

D

Domingos Miguel Pereira das Neves

E

Edite Ribeiro Silva
 Elisabete Ribeiro

F

Fabília Cláudia Martins Costa
 Fernanda Lima Basto
 Francisca Maria da Silva

G

Glória Regina da Rocha Pacheco
 Graciete Campos

H

Helena Reis
 Hermes Alberto

I

Inês Vouga Vaz Ferreira
 Isabel Miranda

J

Jéssica Barcelos Rocha
 Joana Raquel Figueiredo Nunes
 João Manuel dos Santos Henriques
 João Palma
 Joaquim Paes Antunes
 Jorge Lima
 José Macário Custódio Correia
 Judite Fernandes de Abreu
 Júlio Luís da Cunha Silva Viana

L

Luís Alberto Ferraz da Silva
 Luísa Coelho

R

Raquel Sofia de Pinho Leite Rocha
 Renato Emanuel Melo Oliveira
 Rita Mafalda Machado Magalhães
 Rogério Cação
 Rogério Monteiro

S

Sandrina Costa
 Sílvia Nogueira
 Sílvia Pimentinha Ferreira Engenheiro
 Sofia Margarida Batista
 Sónia Maria dos Santos Pereira
 Susana Neves
 Susana Vieira

T

Teresa Maria de Lemos e Sousa Amaral

V

Valéria Pires
 Vanessa Alexandra Sarmento Correia

M

Manuel António de Miranda Ribeiro
 Manuel António Silva
 Margarida Bastos
 Maria Alice Castro
 Maria Cláudia Sousa Dias Mendes
 da Silva Dimitre

Maria Helena Pinhal
 Maria Rodrigues Coelho Girão
 Maria Teresa Graça Moura
 de Meireles Guimarães

Mariana Silva
 Marta Maria Campos Mucha
 Mónica Santos

N

Nuno Miguel Pinheiro de Oliveira

O

Odete Alves de Melo Machado

P

Padre Fernando Milheiro
 Patrícia Santos
 Paula Rute Gonçalves Pereira
 Paula Susana Dias
 Paulo Daniel Barbosa Rodrigues Pilão

2

RESUMO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS DO ESTUDO

A principal faceta de importância económica e social das IPSS¹ é providenciarem bens e serviços de apoio social a pessoas que deles precisam e que não podem pagar por eles um preço que cubra o respetivo custo. Para analisar este assunto o estudo compilou e tratou contas de demonstração de resultados e balanços relativos a 2016 para o conjunto de 565 IPSS do Continente e Regiões Autónomas correspondente a 10% do número total de IPSS ativas, com uma distribuição geográfica (por distritos e Regiões Autónomas) e por formas jurídicas idêntica à do universo das IPSS. Da análise destes dados concluiu-se o seguinte:

- O valor pago pelos utentes corresponde a 31,7% do total dos rendimentos das IPSS;
- Os subsídios à exploração de entidades públicas correspondem a 46,12% do total dos rendimentos destas instituições, sendo 38,75% provenientes da Segurança Social, 6,59% provenientes doutras entidades da Administração Central e 0,78% provenientes das Autarquias Locais;
- Os gastos de pessoal são, de longe, a principal componente dos custos das IPSS onde representam 58,41%, muito acima do que acontece não só nas sociedades não financeiras (14,16%), mas também nas entidades com fins lucrativos prestadoras de serviços de apoio social (entre 43,4 e 45,4%);
- Comparando com as sociedades não financeiras e com as entidades com fins lucrativos prestadoras de serviços sociais os níveis de solvabilidade e de liquidez das IPSS são melhores, mas a taxa de rendibilidade dos capitais próprios é menor;
- Para esta menor taxa de rendibilidade dos capitais próprios contribuem uma maior retenção de resultados operacionais para amortizações e depreciações, menor rendibilidade operacional, menor rotação do ativo e menor taxa de endividamento.
- Ainda quanto à situação económica e financeira,

1 Este estudo abrange não só as IPSS (Associações de Solidariedade Social, Fundações de Solidariedade Social, Centros Sociais Paroquiais, Irmandades da Misericórdia, Institutos de Organizações Religiosas), mas também as Associações Mutualistas e as instituições equiparadas a IPSS (Cooperativas de Responsabilidade Social e Casas do Povo). Para simplificar a escrita, a designação "IPSS" deve ser entendido neste sentido alargado que inclui as IPSS, as Associações Mutualistas e as instituições equiparadas a IPSS.

em 2016, 42,12% das 565 IPSS analisadas neste estudo tiveram resultado líquido negativo e 18,76% tiveram resultado negativo antes de amortizações e depreciações, gastos de financiamento e impostos.

Outra componente da importância económica e social das IPSS é o trabalho voluntário que mobilizam para as funções de direção e para outras funções. Tendo por base dados que foi possível obter para 45 IPSS de 14 distritos e de todas as formas jurídicas conclui-se que esse trabalho voluntário equivale a 4,58% do valor dos gastos de pessoal, sendo 3,09% trabalho de membros dos órgãos sociais e 1,49% trabalho doutros voluntários.

O estudo também analisou a importância das IPSS no que se refere à sua proximidade em relação aos utentes na oferta de serviços que lhes prestam e ao seu contributo para a coesão territorial. Aqui conclui-se o seguinte, tendo por base os dados da Carta Social para 2017:

- As IPSS têm equipamentos para crianças e idosos em 70,76% do número total de freguesias do Continente;
- Em 27,16% do número total de freguesias do Continente as IPSS são as únicas entidades que lá têm equipamentos para crianças e idosos.

O estudo analisou, ainda, uma faceta da importância económica e social das IPSS que é o efeito multiplicador que têm nas suas economias locais pelo facto de captarem para lá do rendimento proveniente de financiamentos públicos, doações e outras fontes, rendimento esse que é depois utilizado para pagar as remunerações de colaboradores que residem no seu território e para pagar a fornecedores locais de bens e serviços.

Tendo por base dados que foi possível recolher de 44 IPSS de 14 distritos e de todas as formas jurídicas, conclui-se que cada euro que uma IPSS capta para o seu concelho é multiplicado por 4,218 na economia desse território.

Por fim, o resultado deste estudo que também é de registar é que constitui a primeira etapa de uma Central de Balanços de que estas instituições muito precisam. Esta Central de Balanços irá ser continuada, melhorada com mais indicadores e alargada a mais IPSS.

3

OBJETO DO ESTUDO

3.1 COMPONENTES PRINCIPAIS DO ESTUDO

Este estudo foi elaborado na sequência do Convite n.º 3/2016 feito no âmbito da Candidatura N.º 03-4639-FSE-000007 pela CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade ao Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa (designada por UCP Porto no resto do texto), no dia 2 de agosto de 2016, para a apresentação de uma proposta de prestação de serviços de realização de um estudo sobre a “Importância Económica e Social das IPSS em Portugal”.

A proposta apresentada e a elaboração do estudo foram da responsabilidade da ATES – Área Transversal de Economia Social, unidade da UCP, de natureza multidisciplinar, vocacionada para trabalhos na área da Economia Social que funciona na dependência da Presidência do Centro Regional do Porto da UCP.

Essa proposta da ATES que a CNIS aceitou foi elaborada de maneira a responder à Memória Descritiva que acompanhou o convite enviado pela Entidade Adjudicante. Dessa proposta e das interações que houve em vários momentos ao longo do estudo da Direção da CNIS com a equipa da ATES resultou a convergência para as seguintes oito componentes de caracterização da importância económica e social das IPSS tratadas neste trabalho.

Importância económica e social das IPSS na facilitação do acesso a serviços de apoio social por parte de pessoas carenciadas desdobrada nas seguintes componentes:

- Redução do custo a pagar no acesso a serviços sociais por parte de pessoas em situação de carência económica;
 - Implicações para a estrutura financeira e para as condições de rentabilidade das IPSS decorrentes da função atrás referida;
 - Implicações para as condições de rentabilidade das IPSS decorrentes do elevado peso relativo dos gastos com pessoal (“Enfermidade de Baumol”);
 - Oferta de proximidade de serviços de apoio social a pessoas que, de outro modo, não teriam acesso a eles;
- Importância económica e social das IPSS na mobilização

de contribuições voluntárias da sociedade civil para a coesão social desdobrada nas seguintes componentes:

- Contribuições voluntárias em dinheiro e em espécie angariadas pelas IPSS junto de pessoas, empresas e outras organizações da sociedade civil;
- Trabalho voluntário mobilizado pelas IPSS para cargos de direção e outras funções;

Importância económica e social das IPSS para a coesão territorial, além da já referida oferta de proximidade de serviços de apoio social desdobrada nas seguintes componentes:

- Presença das IPSS em localidades do país onde mais nenhum outro tipo de entidade (setor público e entidades com fins lucrativos²) está presente na oferta destes serviços;
- Captação de recursos financeiros externos para as economias locais e seus efeitos multiplicadores nessas economias;

Algumas comparações do setor das IPSS em Portugal com setores similares noutros países.

Tal como constava do caderno de encargos, nenhum dos indicadores aqui propostos para estas componentes repete, mas antes acrescenta ao que já se sabe sobre este setor com base na Conta Satélite da Economia Social produzida pelo Instituto Nacional de Estatística e a pela CASES (INE & CASES, 2013; INE, 2016).

Cada uma destas componentes vai ser agora apresentada a seguir, de forma mais detalhada.

² Utiliza-se aqui a designação que é adotada na Carta Social (www.cartasocial.pt)

3.2 REDUÇÃO DO CUSTO DE BENS E SERVIÇOS DE APOIO SOCIAL A PAGAR POR PESSOAS EM SITUAÇÃO DE CARÊNCIA ECONÓMICA

A principal atividade das IPSS é providenciar o acesso a bens e serviços de apoio social a pessoas que não têm capacidade de os pagar por um valor que cubra o respetivo custo.

Se estiverem a cumprir a sua missão, as IPSS deverão cobrar a cada utente o valor que cada um tiver capacidade de pagar, procurando financiar por outras vias o restante que é necessário para cobrir os custos.

Os bens e serviços que as IPSS providenciam a cada um dos seus utentes são, na sua grande maioria, “privados” no sentido que este termo tem na teoria económica e não no sentido da natureza jurídica da entidade que os produz. Concretizando, um bem ou serviço é dito “privado” se no acesso ao seu consumo e no ato do seu consumo se verificarem as seguintes condições:

- Exclusão no acesso ao consumo: o acesso ao consumo pode ser condicionado por mecanismos como, por exemplo, o pagamento de um preço, a satisfação de determinadas características de elegibilidade, mesmo que não haja nenhum preço a pagar, ou outros;
- Rivalidade do ato do consumo: quando uma pessoa consome um destes bens, ou serviços eles ficam indisponíveis para poderem ser consumidos por parte doutras pessoas.

A grande maioria dos bens e serviços providenciados pelas IPSS individualmente a cada um dos seus utentes tem estas duas características:

- Para se poder ser utente de uma IPSS, mesmo que, no limite, não se tenha que pagar nada por isso, há que cumprir determinadas condições de acesso;
- Quando um utente de uma IPSS consome bens e serviços que esta instituição lhe providencia, como, por exemplo, quando toma refeições, quando usa uma peça de vestuário dada pela IPSS, ou quando está a ser cuidado por um Serviço de Apoio Domiciliário, esses mesmos alimentos, ou peças de vestuário e esses cuidadores, nesse momento, não podem estar a servir outros utentes.

Os bens e serviços privados, no sentido atrás definido, são os que melhor se prestam a serem produzidos e transacionados num regime de economia de mercado. Por isso, existem mercados para a produção e transação de bens e serviços de apoio social como os que são produzidos pelas IPSS.

O problema aqui, como em qualquer outra relação de mercado, é que esta relação só “inclui” os consumidores que tiverem capacidade de pagar um preço que deve ser suficiente para cobrir os custos de produção e os produtores que tiverem capacidade para produzir com custos que lhes permitam cobrar preços que os consumidores possam pagar.

Assim sendo, deixar a produção e a transação de bens e serviços de apoio social entregue só a mecanismos de mercado iria excluir os consumidores sem capacidade de pagar preços que cubram os respetivos custos de produção.

A função principal das IPSS é, pois, incluir estes consumidores que o mercado excluiria, providenciando-lhes estes bens e serviços por valores que eles tenham capacidade de pagar, valores esses que estão abaixo do necessário para cobrirem os respetivos custos de produção.

Como têm que ser organizações economicamente sustentáveis porque senão encerram a sua atividade, as IPSS têm que procurar, em permanência, fontes de recursos para cobrir a diferença entre o que os seus utentes podem pagar e os custos que estas instituições têm que suportar.

Há várias formas não mutuamente exclusivas para o fazer, a saber:

- Contribuições voluntárias da sociedade civil em dinheiro, em espécie, ou em trabalho (voluntariado de dirigentes e doutros colaboradores das IPSS);
- Produção, a título de atividades secundárias, de outros bens e serviços que não os de apoio social, vendidos a preços que cubram os respetivos custos para clientes que não são preferencialmente os utentes principais da instituição;
- Financiamento público vindo da Administração Central, Institutos Públicos e Administração Local.

Como é óbvio, quanto maior (menor) for a disponibilidade da sociedade civil para contribuir voluntariamente para a atividade das IPSS, menor (maior) é a necessidade de recurso às atividades mercantis secundárias e ao financiamento público.

A este propósito e para completar a caracterização da natureza económica dos bens e serviços produzidos pelas IPSS é necessário acrescentar que, se esses bens e serviços que estas instituições providenciam individualmente a cada um dos seus utentes são “privados”, no sentido atrás referido, já o resultado global da atividade de uma IPSS que esteja a cumprir a sua missão corresponde à produção de um serviço com a natureza de um “bem público”, mais precisamente, a contribuição para uma situação de mais e melhor coesão social.

De novo, o qualificativo de “público” não tem que ver com a natureza jurídica das entidades que produzem este tipo

de bens e serviços, mas sim com o que acontece no acesso ao seu consumo e no ato do seu consumo:

- Ausência de exclusão no acesso ao consumo: se alguém estiver a contribuir para mais e melhor coesão social todas as pessoas beneficiam com isso, sem que, para terem esse benefício, sejam obrigadas a pagar um preço, a satisfazer alguma condição de elegibilidade, ou outras condições;
- Ausência de rivalidade no ato do consumo: se alguém estiver a ser beneficiado porque a sociedade em que vive é mais coesa, isso não implica que outro membro dessa sociedade fique excluído de beneficiar dessa situação.

Como facilmente se pode concluir tendo em atenção estas duas características, o mercado não é o mecanismo mais adequado para a produção de “bens públicos” como atividade principal de uma organização. Daí que a sustentabilidade económica da sua produção tenha que assentar nas contribuições voluntárias da sociedade civil e no financiamento público³, complementados nos casos onde isso seja possível (ao mesmo tempo, em termos técnicos, económicos e de aceitação social), por atividades mercantis secundárias.

Caraterizada, assim, a natureza económica dos bens e serviços produzidos pelas IPSS que decorre do que deve ser a sua missão, mais precisamente providenciar o acesso a bens e serviços de apoio social a pessoas em situação de carência económica por valores que estas possam pagar e que estão abaixo do seu custo⁴, um objetivo importante deste estudo e que foi cumprido foi apurar a percentagem do total dos rendimentos das IPSS que corresponde aos pagamentos feitos pelos seus utentes. Isto é o que, muitas vezes, se designa por “mensalidades”, e que, na linguagem da contabilidade se designa por “quotas dos utilizadores” (subconta 721).

No que se refere aos pagamentos feitos pelos utentes, no caso das Associações Mutualistas, além dos valores da subconta 721 das “Quotas dos utilizadores”, também deve ser considerado o da subconta 722 “Quotizações e joias” porque é aqui que estas organizações podem registar os rendimentos resultantes da subscrição pelos associados de qualquer das modalidades dos benefícios postos à sua disposição” (Portaria N.º 218/2015, de 23 de julho). Nas outras formas jurídicas, com exceção das Misericórdias, também poderá fazer sentido, em muitos casos, considerar os valores desta subconta 722, mas o seu peso relativo é pequeno e longe do que acontece nas Associações Mutualistas. A exceção das Misericórdias tem que ver com o facto de que o que a subconta 722 regista são as quotas dos irmãos.

O que, até agora, se sabia sobre isto era o que cada IPSS sabia individualmente sobre o seu caso, ou sobre o caso de algumas outras IPSS, ou alguns estudos monográficos também focados numa instituição. Não se conhece, no entanto, nenhum trabalho que tenha sido feito e publicado com

³ No caso dos bens e serviços de apoio social para pessoas em situação de carência económica, há um debate que pode ser feito sobre se este financiamento público deve ser atribuído às organizações, como as IPSS, que os providenciam a essas pessoas, ou diretamente às pessoas carenciadas que escolheriam, depois, as entidades que lhes providenciariam esses bens e serviços. Embora este debate não seja uma questão que tenha ficado no âmbito deste estudo, há que referir aqui, pelo menos, que nesse debate deve ser tida em conta uma combinação complexa de critérios e não apenas só um, ou alguns deles (eficiência, equidade, coesão territorial, custos e benefícios privados e sociais do processo de transição da situação atual em Portugal para uma situação de pagamento direto aos utentes, etc.).

⁴ Para mais análise desta e outras características económicas específicas das IPSS, em especial, e das organizações de economia social, em geral, ver Mendes (2011, 2015).

base num conjunto numeroso de IPSS e com uma composição interna que reflita dimensões relevantes da diversidade deste setor (diferenciação por estatutos jurídicos, distribuição geográfica, etc.).

A Conta Satélite da Economia Social que produz indicadores para toda a população de IPSS não tem este.

Um resultado deste estudo é apurar a percentagem atrás referida com base nas contas de demonstração de resultados detalhadas para um conjunto de 565 IPSS do Continente e Regiões Autónomas que corresponde a cerca de 10% do número total de IPSS ativas. Este conjunto de IPSS que será apresentado de forma mais completa mais adiante tem uma composição interna que é quase igual à da população total de IPSS em termos de distribuição por distritos e Regiões Autónomas e por estatuto jurídico das instituições.

3.3 IMPLICAÇÕES DA REDUÇÃO DOS CUSTOS A PAGAR PELOS SEUS UTENTES PARA A ESTRUTURA FINANCEIRA E A RENDIBILIDADE DAS IPSS

O cumprimento da função das IPSS de redução dos valores a pagar pelos seus utentes pelos bens e serviços que lhes providenciam para níveis que ficam bem aquém dos respetivos custos e a forma como estas organizações obtêm recursos complementares para cobrirem os seus custos não pode deixar de ter grandes implicações na sua estrutura financeira e na rendibilidade dos seus recursos, nomeadamente, dos seus capitais próprios.

Por isso, uma análise desta componente da importância económica e social das IPSS fica mais completa se forem analisadas implicações atrás referidas. Este estudo fez isso do seguinte modo:

- Construiu-se uma base de dados para as 565 IPSS atrás referidas com informação não só sobre as contas de demonstração de resultados, mas também sobre os balanços;
- Com base nesses dados calcularam-se os rácios sobre a situação de liquidez, autonomia financeira, solvabilidade, endividamento e rendibilidade dos capitais próprios.

Tal como no caso da percentagem dos rendimentos correspondentes a pagamentos dos utentes, o que havia, até agora, era o conhecimento de situações individuais e alguns estudos para conjuntos mais alargados de instituições (Soares *et al.*, 2013), mas longe da dimensão e da composição interna da base de dados compilada para este estudo.

Também aqui não há indicadores disponíveis na Conta Satélite da Economia Social.

Antes de terminar este ponto, note-se que a compilação dos dados das contas de demonstração de resultados e dos balanços para as 565 IPSS atrás referidas e o cálculo dos rácios económicos e financeiros que podem ser feitos com essa informação constitui a primeira iteração de uma Central de Balanços de que este setor muito carece. Por isso, este é mais um resultado relevante deste estudo que precisa de ser continuado e desenvolvido.

5 <https://www.bportugal.pt/page/central-de-balanços>

6 Esta situação decorre do que é a setorização institucional dos agentes económicos que o Banco de Portugal tem que adotar de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010) que, no caso da Central de Balanços, deve ter por universo o setor institucional das sociedades não financeiras (Banco de Portugal, 2014, 2017).

Também aqui há que referir que não se está a duplicar informação que possa estar a ser produzida por entidades oficiais, ou outras. Neste domínio o que existe em Portugal é a Central de Balanços do Banco de Portugal. Se observarmos a natureza jurídica das entidades que estão nesta central de balanços para as divisões da Classificação das Atividades Económicas (CAE) AE correspondentes aos serviços de apoio social (CAE 87 – Atividades de apoio social com alojamento e CAE 88 – Atividades de apoio social sem alojamento), verificamos que mais de 80% são sociedades por quotas. O que daqui se conclui é que os dados atualmente produzidos pela Central de Balanços não incluem a grande maioria das IPSS, mas têm uma função muito útil para estas instituições porque fornecem informação que podem comparar com a sua sobre as entidades com fins lucrativos. Por isso, essa informação da Central de Balanços do Banco de Portugal será trazida para este estudo para comparação dos mesmos indicadores económicos e financeiros nas IPSS e nas entidades com fins lucrativos.

34

3.4 IMPLICAÇÕES PARA AS CONDIÇÕES DE RENDIBILIDADE DAS IPSS DECORRENTES DO ELEVADO PESO RELATIVO DOS GASTOS COM PESSOAL (“ENFERMIDADE DE BAUMOL”)

Os dados compilados relativos às contas de demonstração de resultados de 565 IPSS de todo o país permitiram calcular, também, o peso relativo dos gastos de pessoal no total dos gastos das IPSS e comparar este indicador com o que se passa no resto da economia.

Esta análise tem que ver com um dos dois principais fatores que estão na base das dificuldades que as IPSS têm que vencer para assegurar a sua sustentabilidade económica, mais precisamente a chamada “enfermidade de Baumol” (Mendes, 2015). Trata-se do problema que decorre do facto das pessoas serem o principal fator de produção das IPSS e da produtividade deste fator não poder aumentar ao mesmo ritmo do que no resto da economia, enquanto que a remuneração desse fator não pode evoluir a um ritmo que se vá desfasando cada vez mais do que acontece no resto da economia. O que daqui resulta é obviamente um encarecimento dos bens e serviços produzidos pelas IPSS relativamente aos que são produzidos no resto da economia e que elas precisam de adquirir para as suas atividades.

35

3.5 OFERTA DE PROXIMIDADE DE SERVIÇOS DE APOIO SOCIAL A PESSOAS QUE, DOUTRO MODO, NÃO TERIAM ACESSO A ELES

Outra componente relevante da importância económica e social das IPSS é servirem os seus utentes numa situação de proximidade em relação aos mesmos, facilitando, também, por esta via o acesso dessas pessoas aos bens e serviços que estas organizações lhes fornecem.

Esta proximidade é no sentido geográfico do termo, mas não só. Muitas vezes quem está nestas organizações a cuidar dos seus utentes conhece-os pessoalmente, ou tem outras formas de proximidade social com eles, o que, podendo ter, por vezes, consequências negativas, tem, muitas vezes, efeitos positivos em termos das boas relações interpessoais que estas organizações devem cultivar entre quem nelas trabalha e as pessoas que servem.

Dito isto sobre o sentido mais abrangente que deve ser dado à expressão “oferta de proximidade” no caso das IPSS, neste estudo construiu-se um indicador que procura medir um aspeto da proximidade no sentido geográfico.

Para se especificar esse indicador teve-se em conta os seguintes critérios:

- O indicador tem que assentar em dados espacialmente muito desagregados, se possível, ao nível de freguesia;
- Esses dados devem estar disponíveis na forma necessária para o cálculo do indicador num tempo que seja compatível com a duração do estudo.

Tendo estes critérios em atenção, os dados que a equipa de estudo trabalhou foram os da Carta Social tal como estão publicamente no respetivo site. Esta base de dados tem informação sobre os equipamentos sociais, por freguesia, por tipo de resposta social e por instituição.

Quanto às instituições, a Carta Social inclui não só as IPSS, mas também as instituições públicas e as entidades com fins lucrativos. Por isso, na consulta na internet e na compilação dos dados da Carta Social que daí se extraiu foi necessário diferenciar os dados de acordo com os quatro tipos jurídicos atrás referidos.

Com base nesta compilação de dados foi possível calcular o seguinte indicador para a componente da importância económica e social das IPSS aqui em questão: percentagem do número total de freguesias do Continente onde há equipamentos sociais das IPSS.

3.6 MOBILIZAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES VOLUNTÁRIAS DA SOCIEDADE CIVIL, EM DINHEIRO E EM ESPÉCIE, PARA A COESÃO SOCIAL

Outra componente relevante da importância económica e social das IPSS é incentivarem as contribuições voluntárias de pessoas e organizações da sociedade civil para a produção de um bem público essencial que é a coesão social.

A já referida Central de Balanços que foi construída neste estudo, ao incluir os dados sobre as contas de demonstração de resultados de 565 IPSS de todo o país, permite saber qual a percentagem do rendimento total destas organizações que corresponde a subsídios, donativos, heranças e legados à exploração vindos de pessoas e entidades privadas.

Não se conhece nenhum trabalho publicado até agora, incluindo o de Soares *et al.* (2013) que tenha apurado esta percentagem para um conjunto de IPSS como o da Central de Balanços construída neste estudo.

⁷ <http://www.cartasocial.pt>

3.7 MOBILIZAÇÃO DE TRABALHO VOLUNTÁRIO PARA A COESÃO SOCIAL

Além das contribuições voluntárias privadas para a coesão social em dinheiro e em espécie, as IPSS também incentivam as contribuições em trabalho voluntário. A forma principal como o fazem é ao nível do trabalho voluntário dos membros dos seus órgãos sociais. Até há pouco tempo era mesmo legalmente exigido que todas estas pessoas exercessem as suas funções em regime de voluntariado.

Além do voluntariado dos membros dos seus órgãos sociais, as IPSS também mobilizam trabalho voluntário para várias das suas ações de apoio social, organização de eventos de angariação de fundos, serviços administrativos e outras atividades.

As situações podem variar muito de instituição para instituição no que diz respeito a este segundo tipo de voluntariado, desde os casos de IPSS totalmente assentes em trabalho voluntário até aos casos mais frequentes em que o voluntariado corresponde quase exclusivamente ao dos seus dirigentes.

De qualquer maneira, seja só este tipo de voluntariado, ou não, trata-se sempre de um recurso importante mobilizado pelas IPSS que vale a pena medir em termos físicos e monetários, embora o seu valor vá além deste tipo de medida. É assim se considerarmos, por exemplo, o que este voluntariado representa em termos de aprofundamento da democracia que não pode assentar só na sua vertente de democracia representativa, mas que precisa, também, da sua componente de democracia participativa assente nas organizações de economia social, por mais insuficiente que possa ser o funcionamento democrático destas organizações.

Voltando à medição do trabalho voluntário em termos físicos e monetários, em 2012 o INE realizou um inquérito ao trabalho voluntário (INE, 2013) que permitiu estimar a quantidade total de trabalho voluntário e o seu valor, em termos monetários, diferenciando o voluntariado informal do formal (o que acontece no âmbito de organizações como, por exemplo, as IPSS) e com a uma distribuição deste último de acordo com a CUISFL – Classificação Internacional das Instituições Sem Fins Lucrativos da qual o apoio social é uma das classes. Embora

não haja uma correspondência exata entre este voluntariado formal no apoio social que o INE estimou nesse inquérito e o voluntariado nas IPSS, é uma aproximação da medida desse tipo de voluntariado.

Está fora dos recursos disponíveis para este estudo realizar um inquérito semelhante para estimar, a nível nacional, de forma mais precisa, a quantidade e o valor do voluntariado que acontece nas IPSS.

O que foi possível fazer e que acrescenta alguma informação útil à que foi produzida nesse inquérito do INE é estimar o que o valor do voluntariado representa relativamente aos gastos de pessoal das IPSS, distinguindo o voluntariado dos membros dos órgãos sociais e o de não dirigentes.

O cálculo desta percentagem foi feito para as IPSS que publicam dados sobre o seu voluntariado e que foram encontradas na pesquisa de informação para a Central de Balanços criada neste estudo.

42

Como infelizmente é muito reduzido o número de IPSS que não só publicam dados neste domínio, mas também o fazem com as especificações necessárias para este cálculo, inquiriam-se mais algumas, de maneira a poder-se ter um conjunto que, sem ser uma amostra representativa do setor, começa a dar uma ideia da ordem de grandeza deste indicador.

Para concluir este ponto diga-se que a situação desejável seria a das IPSS não só quantificarem o tempo e o valor do trabalho voluntário que mobilizam, incluindo o dos membros dos seus órgãos sociais, mas também incorporarem este valor nas suas contas de demonstração de resultados do seguinte modo:

Como rendimento, na conta 74 (Trabalhos para a própria entidade);

Como gasto, na conta 63 (Gastos de pessoal).

Nas pesquisas feitas pela equipa de estudo nas contas publicadas por mais de 1000 IPSS só foi encontrada uma que procede assim, a saber, o Centro Social de Palmela.

3.8 PRESENÇA DAS IPSS EM LOCALIDADES ONDE NÃO EXISTE MAIS NENHUMA OFERTA DE SERVIÇOS DE APOIO SOCIAL

Os dados extraídos do site da Carta Social já atrás referidos a propósito do indicador sobre a oferta de proximidade permitiram calcular um outro indicador que é a percentagem de freguesias onde há equipamentos sociais, mas estes são só de IPSS.

43

Este indicador mede uma outra componente da importância económica e social das IPSS que é o seu contributo não só para a coesão social, mas também para a coesão territorial, estando presentes com uma oferta de proximidade de serviços de apoio social em localidades onde mais nenhum outro tipo de entidade está presente.

3.9 CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS EXTERNOS PARA AS ECONOMIAS LOCAIS E SEUS EFEITOS MULTIPLICADORES NESSAS ECONOMIAS

Nesta parte do estudo calculou-se um indicador que mede por que fator é multiplicado cada euro que uma IPSS capta do exterior para dentro do seu concelho, por exemplo, através de financiamentos oriundos da Segurança Social, de donativos de pessoas, ou entidades exteriores ao concelho, utilizando esses rendimentos para pagar remunerações aos seus trabalhadores e para comprar bens e serviços a entidades locais. Esses recursos que são assim injetados no circuito económico local ficam aí a circular durante várias iterações de modo que, no final, geram um acréscimo de rendimento que é superior ao valor inicial das entradas de rendimento que o geraram.

Isto corresponde a uma aproximação ao cálculo do “multiplicador local” proposto pela New Economics Foundation (Sacks, 2002). Que seja do conhecimento da equipa que fez este estudo, até agora só existia um trabalho de aplicação a Portugal deste indicador, mais precisamente para o caso da Santa Casa da Misericórdia de S. Bento de Arnóia – Celorico de Basto (Garrido, 2013).

O cálculo deste indicador foi feito com base na informação contabilística relativa ao exercício de 2016. Para isso, foi necessário um trabalho muito intensivo por parte das pessoas responsáveis pela elaboração das contas das IPSS que colaboraram nesta componente do estudo no sentido de separar, para cada rubrica dos gastos, o que corresponde a pagamentos a pessoas e entidades do concelho e a pagamentos a pessoas e entidades de fora do concelho.

Feita esta separação, o valor do indicador foi calculado do seguinte modo:

- $1 / \text{total dos gastos correspondentes a pagamentos a pessoas e entidades de fora do concelho em percentagem do valor total dos gastos, menos as amortizações.}$

A não inclusão das amortizações justifica-se pelo facto de não corresponderem a fluxos de pagamentos feitos durante o ano relativos ao ciclo de exploração da instituição, mas sim a valor que a instituição retém para o seu autofinanciamento.

4

METODOLOGIA DO ESTUDO

4.1 METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DA BASE DE DADOS DA POPULAÇÃO DAS IPSS ATIVAS NO CONTINENTE E NAS REGIÕES AUTÓNOMAS

Para a realização deste estudo foi preciso dispor de uma base de dados da população total das IPSS ativas no Continente e nas Regiões Autónomas, com informação individualizada sobre cada uma delas. Aqui, tal como noutras componentes do estudo, a opção metodológica foi construir esta base de dados através da pesquisa, compilação e tratamento de informação do domínio público, disponibilizada em plataformas de acesso livre, nomeadamente a Web.

Assim, no caso das IPSS do Continente, partiu-se de três listagens que estão disponíveis no site da Segurança Social⁸, a saber:

- a listagem das IPSS registadas;
 - a listagem das organizações equiparadas a IPSS registadas;
 - a listagem das associações mutualistas registadas.
- Estas listagens contêm os seguintes campos de informação:
- denominação;
 - morada;
 - concelho;
 - distrito;
 - forma jurídica;
 - ano de registo, ou ano de constituição, no caso das associações mutualistas;
 - NIPC.

Para este estudo, interessaram a denominação da organização, o distrito, a forma jurídica e o NIPC.

As formas jurídicas consideradas nas listagens atrás referidas são as seguintes:

- Na listagem das IPSS: Associação, Centro Social Paroquial, Fundação, Instituto de Organização Religiosa e Misericórdia;
- Nas listagens das instituições equiparadas a IPSS: Casa do Povo, Cooperativa;
- Na listagem das Associações Mutualistas: Associação Mutualista.

Para a Região Autónoma dos Açores partiu-se de três

⁸ <http://www.seg-social.pt/>

listagens publicadas pelo Instituto de Segurança Social dos Açores, a saber:

- Listagem das IPSS registadas;
- Listagem das Casas do Povo equiparadas a IPSS;
- Listagem das Cooperativas equiparadas a IPSS.

A listagem das IPSS contém os seguintes campos de informação:

- Denominação;
- Concelho;
- Ilha;
- Livro.

Este último campo de informação identifica a forma jurídica das organizações com a seguinte tipologia:

- Associações de Solidariedade Social;
- Fundações e Centros Paroquiais;
- Santas Casas;
- Associações de Socorros Mútuos;
- Uniões e Federações.

Sendo esta a tipologia das formas jurídicas com que se partiu, um primeiro trabalho que foi feito com esta listagem foi desdobrar o conjunto das Fundações e Centro Paroquiais nos seus subconjuntos das Fundações e dos Centros Paroquiais.

Depois disso alinharam-se as designações das foras jurídicas com as das listagens das IPSS do Continente.

As listagens das Cooperativas e Casas do Povo equiparadas a IPSS publicadas pelo Instituto de Segurança Social dos Açores contém os seguintes campos de informação:

- Denominação;
- Concelho;
- Ilha.

Para a Região Autónoma da Madeira também se partiu de informação que, neste caso, o Instituto de Segurança Social da Madeira coloca no domínio público, mais precisamente as listagens dos apoios que vai concedendo, anualmente, às IPSS e equiparadas. No que interessa para este estudo, esta listagens incluem os seguintes campos de informação:

- Designação
- NIPC.

Partindo destes dois campos de informação, o trabalho aqui foi atribuir-se uma forma jurídica a cada organização, usando a tipologia de formas jurídicas das listagens para o Continente.

Feitos estes trabalhos, consolidaram-se as listagens para o Continente, Açores e Madeira numa listagem única para todo o país, com os seguintes campos de informação:

- NIPC;
- Denominação;
- Distrito ou Região Autónoma;
- Forma Jurídica.

Para todas estas listagens do Continente e Regiões Autónomas usou-se como ano de referência o mais recente que era possível, ou seja, 2017. Quanto ao exercício de referência para a recolha de dados sobre contas também se

procurou que ele fosse o mais recente possível, ou seja, 2016.

Sendo estas listagens de partida constituídas por organizações “registadas”, elas são uma espécie de listagens de “certidões de nascimento” de IPSS e equiparadas. Assim sendo, apesar das entidades públicas que as disponibilizam as irem atualizando ao longo do tempo, não há a garantia de que todas as organizações nelas incluídas estejam, de facto, ativas, e não estejam inativas, extintas, ou em processos de insolvência, ou liquidação.

Por isso, o que foi feito a seguir e que foi uma das tarefas mais morosas e mais trabalhosas deste estudo foi eliminar da listagem de partida constituída do modo atrás referido as organizações para as quais foram obtidas informações de que estavam inativas, extintas, em processo de insolvência, ou de liquidação. Para isso, recorreu-se a uma combinação de pesquisas em várias fontes de informação também todas do domínio público, nomeadamente as seguintes:

- SICAE – Sistema de Informação da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas⁹;
- Webinq – CAE Empresa (Ficheiro de Unidades Estatísticas do INE¹⁰);
- Portal da Justiça – Publicação On-line de Acto Societário e de outras entidades¹¹;
- Existência de página web, página no Facebook, ou blog ativos na internet.

9 <http://www.sicae.pt/>

10 <http://webinq.ine.pt/public/pages/queryCae>

11 <https://publicacoes.mj.pt/Pesquisa.aspx>

TABELA N.º 1 Número de IPSS ativas em Portugal em 2017

DISTRITOS E REGIÕES AUTÓNOMAS	ASSOCIAÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS	CASAS DO POVO	CENTROS SOCIAIS PAROQUIAIS	COOPERATIVAS DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	FUNDAÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	INSTITUTOS DE ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS	MISERICÓRDIAS	TOTAIS POR DISTRITOS E REGIÕES AUTÓNOMAS
Açores	126	2	66	38	5	3	12	27	279
Aveiro	207	3	7	67	13	17	19	21	354
Beja	50	—	8	10	3	10	5	15	101
Braga	235	3	20	135	26	8	20	15	462
Bragança	30	2	—	61	3	5	9	14	124
C. Branco	114	1	1	18	1	4	4	22	165
Coimbra	180	1	11	55	5	19	6	19	296
Évora	106	2	4	22	5	9	5	23	176
Faro	116	5	5	17	3	4	5	22	177
Guarda	252	—	—	44	1	17	4	20	338
Leiria	134	2	5	38	10	8	6	22	225
Lisboa	707	19	4	120	36	71	43	20	1020
Madeira	19	—	9	12		9	3	4	56
Portalegre	75		4	6	2	10	4	24	125
Porto	398	32	6	106	19	20	29	21	631
Santarém	174	4	1	42	3	14	16	23	277
Setúbal	160	7	8	32	17	5	9	16	254
Viana do Castelo	56	—	5	72	2	2	6	10	153
Vila Real	91	—	5	30	3	6	3	14	152
Viseu	134	2	5	92	4	11	11	23	282
TOTAIS POR FORMAS JURÍDICAS	3364	85	174	1017	161	252	219	375	5647

Um resumo do resultado deste trabalho está apresentado na tabela N.º 1 com o número de IPSS de todo o país presumivelmente ativas, distribuídas por distritos e regiões autónomas e por formas jurídicas.

Os únicos dados oficiais publicados que se conhecem que podem ser confrontados com estes são os que constam da edição de 2016 da Conta Satélite da Economia Social publicada em 2016, com dados relativos a 2013 (INE, 2013). O que aí está dá para comparar só as distribuições do número de IPSS por formas jurídicas. Essa comparação é apresentada no quadro seguinte.

TABELA N.º 2 Comparação das distribuições do número de IPSS por formas jurídicas da central de balanços criada neste estudo e da conta satélite da economia social para 2013

FORMAS JURÍDICAS		DISTRIBUIÇÃO APURADA NESTE ESTUDO PARA 2017		DISTRIBUIÇÃO DA CONTA SATELITE DA ECONOMIA SOCIAL PARA 2013 ¹²	
		N.º	%	N.º	%
Associações com Fins Altruísticos	Associações de Solidariedade Social	3364	59,57	n.d.	n.d.
	Centros Sociais Paroquiais	1017	18,01	n.d.	n.d.
	Casas do Povo	174	3,08	n.d.	n.d.
	Institutos de Organizações Religiosas	219	3,88	n.d.	n.d.
	Total	4774	84,54	4730	84,7
Misericórdias		375	6,64	385	6,9
Fundações de Solidariedade Social		252	4,46	218	3,9
Cooperativas de Solidariedade Social		161	2,85	134	2,4
Associações Mutualistas		85	1,51	106	1,9
TOTAL		5647	100,00	5584	100,0

¹² O que consta da publicação destas contas pelo INE (INE, 2016, p. 23) é a distribuição percentual com arredondamento às décimas, tal como aqui está reproduzida. Foi com base nela que aqui se calculou a distribuição do número de instituição. Por causa desses arredondamentos as somas das percentagens e dos números de instituições não é igual ao que deveriam ser os respetivos totais, tal como são reportados na tabela N.º 2.

4.2 METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DO FICHEIRO DAS IPSS QUE CONSTITUEM A CENTRAL DE BALANÇOS CRIADA NESTE ESTUDO

O passo a seguir à construção da base de dados da população das IPSS ativas feita da forma atrás exposta, foi construir o conjunto das que iam ser objeto de pesquisa das respetivas contas de demonstração de resultados e dos balanços para o cálculo dos indicadores que precisam deste tipo de informação.

O ideal seria ter acesso a estas contas para todas as 5647 IPSS. Se assim fosse poder-se-ia construir uma amostra aleatória, estratificada em função da distribuição por distritos e Regiões Autónomas e por formas jurídicas.

Obviamente, isto era impossível porque nem sequer se sabe, à partida, quais são as que publicam as suas contas, onde é que as publicam e como é que as publicam.

Por isso, o conjunto das IPSS que iriam integrar a Central de Balanços criada neste estudo também teve que ser construído, mas não do modo atrás referido.

A metodologia seguida para isso teve, como primeiro passo, o cálculo das distribuições por distritos e Regiões Autónomas e por formas jurídicas da população total de IPSS que está na tabela N.º 1, resultando daí o que está na tabela N.º 3.

TABELA N.º 3 Distribuição do número de IPSS ativas por distritos e Regiões Autónomas e por formas jurídicas em 2017, da Central de Balanços criada neste estudo

DISTRITOS E REGIÕES AUTÓNOMAS	ASSOCIAÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS	CASAS DO POVO	CENTROS SOCIAIS PAROQUIAIS	COOPERATIVAS DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	FUNDAÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	INSTITUTOS DE ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS	MISERICÓRDIAS	TOTAIS POR DISTRITOS E REGIÕES AUTÓNOMAS
Açores	0,022312732	0,00035417	0,011687622	0,006729237	0,00088543	0,000531	0,002125022	0,0047813	0,04940676
Aveiro	0,036656632	0,000531256	0,001239596	0,011864707	0,00230211	0,00301	0,003364618	0,003718789	0,06268815
Beja	0,008854259	0	0,001416681	0,001770852	0,00053126	0,001771	0,000885426	0,002656278	0,0178856
Braga	0,041615017	0,000531256	0,003541704	0,023906499	0,00460421	0,001417	0,003541704	0,002656278	0,08181335
Bragança	0,005312555	0,00035417	0	0,010802196	0,00053126	0,000885	0,001593767	0,002479192	0,02195856
C. Branco	0,02018771	0,000177085	0,000177085	0,003187533	0,00017709	0,000708	0,000708341	0,003895874	0,02921905
Coimbra	0,031875332	0,000177085	0,001947937	0,009739685	0,00088543	0,003365	0,001062511	0,003364618	0,05241721
Évora	0,018771029	0,00035417	0,000708341	0,003895874	0,00088543	0,001594	0,000885426	0,004072959	0,03116699
Faro	0,020541881	0,000885426	0,000885426	0,003010448	0,00053126	0,000708	0,000885426	0,003895874	0,03134408
Guarda	0,044625465	0	0	0,007791748	0,00017709	0,00301	0,000708341	0,003541704	0,05985479
Leiria	0,023729414	0,00035417	0,000885426	0,006729237	0,00177085	0,001417	0,001062511	0,003895874	0,03984417
Lisboa	0,125199221	0,003364618	0,000708341	0,021250221	0,00637507	0,012573	0,007614663	0,003541704	0,18062688
Madeira	0,003364618	0	0,001593767	0,002125022	0	0,001594	0,000531256	0,000708341	0,00991677
Portalegre	0,013281388	0	0,000708341	0,001062511	0,00035417	0,001771	0,000708341	0,004250044	0,02213565
Porto	0,070479901	0,005666726	0,001062511	0,018771029	0,00336462	0,003542	0,00513547	0,003718789	0,11174075
Santarém	0,030812821	0,000708341	0,000177085	0,007437577	0,00053126	0,002479	0,002833363	0,004072959	0,04905259
Setúbal	0,028333628	0,001239596	0,001416681	0,005666726	0,00301045	0,000885	0,001593767	0,002833363	0,04497964
V. Castelo	0,00991677	0	0,000885426	0,012750133	0,00035417	0,000354	0,001062511	0,001770852	0,02709403
Vila Real	0,016114751	0	0,000885426	0,005312555	0,00053126	0,001063	0,000531256	0,002479192	0,02691695
Viseu	0,023729414	0,00035417	0,000885426	0,016291836	0,00070834	0,001948	0,001947937	0,004072959	0,04993802
TOTAIS POR FORMAS JURÍDICAS	0,595714539	0,01505224	0,030812821	0,180095626	0,02851071	0,044625	0,038781654	0,066406942	1

O passo seguinte foi estabelecer um primeiro número total de IPSS para as quais parecia exequível encontrar no domínio público (na Web) as respetivas contas de demonstração de resultados e balanços com o detalhe necessário para o cálculo dos indicadores propostos neste estudo, tendo esse objetivo inicial sido fixando em 400 IPSS.

Seguiu-se uma nova iteração, depois da verificação que se poderia ir além dessas 400 IPSS, tendo o novo patamar sido fixado em 565 IPSS, ou seja, 10% do número total de IPSS. Resultou daqui o que está na tabela N.º 4.

TABELA N.º 4 Distribuições por distritos e Regiões Autónomas e por formas jurídicas das 565 IPSS que constituem a Central de Balanços criada neste estudo

DISTRITOS E REGIÕES AUTÓNOMAS	ASSOCIAÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS	CASAS DO POVO	CENTROS SOCIAIS PAROQUIAIS	COOPERATIVAS DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	FUNDAÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	INSTITUTOS DE ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS	MISERICÓRDIAS	TOTAIS POR DISTRITOS E REGIÕES AUTÓNOMAS
Açores	13	0	7	4	0	0	1	3	28
Aveiro	21	0	1	7	1	2	2	2	36
Beja	5	0	1	1	0	1	0	2	10
Braga	23	0	2	14	3	1	2	1	46
Bragança	3	0	0	6	0	0	1	2	12
C. Branco	11	0	0	2	0	0	1	2	16
Coimbra	18	0	1	6	1	2	0	2	30
Évora	10	0	0	2	1	1	0	3	17
Faro	12	1	0	2	0	0	1	2	18
Guarda	25	0	0	5	0	2	0	2	34
Leiria	13	0	1	4	1	1	1	2	23
Lisboa	71	2	0	12	4	7	4	2	102
Madeira	2	0	1	1	0	1	0	1	6
Portalegre	8	0	0	0	0	1	1	3	13
Porto	40	4	0	10	2	2	3	2	63
Santarém	18	0	0	4	0	2	2	2	28
Setúbal	16	1	1	3	2	0	1	1	25
Viana do Castelo	5	0	1	7	0	0	1	1	15
Vila Real	9	0	0	3	1	1	0	1	15
Viseu	14	0	1	9	0	1	1	2	28
TOTAIS POR FORMAS JURÍDICAS	337	8	17	102	16	25	22	38	565

Na tabela N.º 5 apresenta-se a distribuição destas 565 por um indicador de dimensão exequível com os dados recolhidos para todas elas, mais precisamente o valor total dos seus rendimentos em 2016.

Não houve terceira iteração para uma fasquia mais alta não só porque não havia tempo disponível para mais, mas sobretudo porque 565 é um número que deve estar próximo da dimensão máxima do conjunto de IPSS que era possível alcançar, à data da realização do estudo, para se conseguir ter informação do domínio público sobre as suas contas não só com o detalhe necessário para o cálculo dos indicadores propostos neste estudo, mas também com as mesmas distribuições por distritos e Regiões Autónomas e por formas jurídicas que caracterizam a população total de IPSS presumivelmente ativas.

58

TABELA N.º 5 Distribuições das 565 IPSS que constituem a Central de Balanços criada neste estudo por escalões de rendimento total em 2016

ESCALÕES DE RENDIMENTO TOTAL (EM EUROS)	N.º DE IPSS		RENDIMENTOS	
	N.º	%	EUROS	%
0-100000	34	6,02%	1659293,1	0,25%
100001-200000	51	9,03%	7607151,77	1,13%
200001-300000	40	7,08%	9967967,85	1,49%
300001-400000	47	8,32%	16684982,78	2,49%
400001-500000	47	8,32%	21069879,81	3,14%
500001-750000	72	12,74%	44440715,95	6,62%
750001-1000000	78	13,81%	67906557,23	10,12%
1000001-1250000	44	7,79%	49280403,1	7,35%
1250001-1500000	31	5,49%	41879378	6,24%
1500001-1750000	25	4,42%	40936944,88	6,10%
1750001-2000000	21	3,72%	39598587,56	5,90%
2000001-3000000	33	5,84%	79685923,55	11,88%
3000001-4000000	14	2,48%	49226442,7	7,34%
4000001-5000000	11	1,95%	46926676,86	6,99%
Mais de 5000000	17	3,01%	154044875,1	22,96%
TOTAL	565	100,0%	670915780,2	100,0%

Indícios de que se pode ter ficado próximo da dimensão máxima possível à data da realização deste estudo são os seguintes:

Nos Açores era preciso ter encontrado contas publicadas para sete Casas do Povo, mas só se conseguiu chegar a quatro;

Para 12 das 565 IPSS não se conseguiram dados com todo o detalhe necessário para as suas contas de demonstração de resultados:

Para nove instituições não se conseguiu a desagregação necessária do valor total das vendas e prestações de serviços:

- Nos Açores, duas Associações e um Centro Social Paroquial;
- Em Bragança, dois Centros Sociais Paroquiais;
- Em Évora, uma Cooperativa;
- Na Guarda, uma Associação;
- Em Setúbal, uma Cooperativa;
- Em Viseu, uma Casa do Povo.

Para seis instituições, três das quais já incluídas no grupo atrás referido, não se conseguiu a desagregação necessária do valor total dos subsídios, doações e legados à exploração:

- Nos açores, duas Casas do Povo, uma Associação e um Centro Social Paroquial;
- Em Bragança, um Centro Social Paroquial.

Para se compensar a falta de dados para três Casas do Povo nos Açores, inclui-se mais uma Misericórdia, além das três e mais duas Associações, além das 13 que decorreriam da distribuição apresentada na tabela N.º 4.

É de referir, ainda, que, para as 553 IPSS para as quais se conseguiram dados suficientemente detalhados sobre as suas contas de resultados, isso não foi possível para o exercício de 2016, mas sim para exercícios anteriores, em relação a 10 instituições:

- duas associações nos Açores (uma com dados para 2014 e outra para 2015);
- uma fundação no distrito de Évora (dados para 2015);
- uma associação mutualista no distrito de Faro (dados para 2014);
- cinco associações no distrito da Guarda (duas com dados para 2014 três com dados para 2015);
- um centro social paroquial no distrito de Viseu (dados para 2015).

Para todas as restantes 555 instituições com ou sem dados detalhados sobre as suas contas de demonstração de resultados, as contas são do exercício de 2016.

Antes de terminar este ponto, há que referir que a constituição deste conjunto de 565 IPSS foi uma tarefa muito trabalhosa e muito morosa. Foi mesmo a tarefa mais trabalhosa e mais morosa deste estudo. Algumas razões para isso, já foram aqui referidas, mas vale a pena enunciá-las de forma mais completa, como lista de dificuldades que se recomenda que sejam eliminadas, ou minimizadas no futuro:

- Não eram conhecidas, à partida, quais são as IPSS que publicam as suas contas, sendo, por isso, necessário

59

fazer pesquisas para as identificar;

- Também não se conheciam, à partida, os locais onde as IPSS que publicam as suas contas o fazem, tendo sido identificadas aqui várias situações (site próprio da instituição, página no Facebook, blog, site de uma união de IPSS, mais precisamente a de Setúbal, plataformas de municípios e outras organizações locais, repositórios como o “issuu”, “docplayer”, “scribd” e outros do género);
- As IPSS que publicam as contas em site próprio, por vezes, fazem-no de formas que não facilitam o acesso às mesmas, por exemplo, fazendo a publicação numa secção de notícias, ou reservando o acesso a quem tiver uma palavra-chave;
- Os documentos com as contas que são publicados, por vezes, são digitalizações de má qualidade onde há informação relevante que é ilegível;
- Nas IPSS que publicam as contas há casos em que é publicado ou só o balanço, ou só a conta de demonstração de resultados;
- Quando são publicados o balanço e a conta de demonstração de resultados estas contas vêm, na grande maioria dos casos, nas suas versões resumidas, sem informação anexa (balancete, anexos às demonstrações financeiras) que permita conhecer as desagregações de valores que são necessárias para o cálculo dos indicadores propostos neste estudo (decomposição do valor das vendas e prestações de serviços e do valor dos subsídios, doações e legados à exploração);

Nos casos em que é publicada informação anexa, por vezes, ela acrescenta pouco mais detalhes, ou não os suficientes para o que é necessário ao cálculo dos indicadores propostos neste estudo (por exemplo, permite só desdobrar o valor das vendas e prestações de serviços em “vendas” e “prestações de serviços”, mas já não o valor destas, ou, no caso, do valor dos subsídios, doações e legados à exploração, permite saber a parte que corresponde às participações da Segurança Social, mas não detalha o resto).

Conseguir descobrir IPSS que publiquem as suas contas e que o façam sem os problemas atrás referidos foi, pois, uma tarefa muito morosa e trabalhosa.

4.3 PESO RELATIVO DO CONJUNTO DAS 565 IPSS DA CENTRAL DE BALANÇOS CRIADA NESTE ESTUDO NA POPULAÇÃO TOTAL DESTAS ORGANIZAÇÕES

Já se referiu aqui que as 565 instituições da Central de Balanços criadas neste estudo são cerca de 10% do número total de IPSS que a equipa de estudo apurou como estando ativas em 2017 que é de 5647.

Também já se referiu aqui que esse número total se pode comparar com um total de 5584 IPSS e equiparadas consideradas na última edição da Conta Satélite da Economia Social publicada pelo INE que tem dados relativos a 2013 (INE, 2016).

Feita esta análise do peso relativo das instituições na Central de Balanços criada neste estudo no conjunto da população de IPSS em termos de número de instituições, vale, agora, a pena fazer a análise do que se pode dizer sobre o seu peso relativo em termos económicos.

O que se pode apurar para isso são percentagens imperfeitas e que, por isso, não devem ser tomadas nos seus valores tais como eles são, mas apenas como indícios do sentido por onde andarão o peso relativo das 565 instituições da Central de Balanços deste estudo: ao nível dos 10% do peso relativo apurado em termos de número de instituições, abaixo desta percentagem, ou acima dela.

As percentagens atrás referidas como sendo “imperfeitas” correspondem à divisão de alguns agregados económicos relativos às instituições da Central de Balanços criada neste estudo por agregados económicos da última edição da Conta Satélite da Economia Social publicada pelo INE (INE, 2016) que tem dados para 2016.

A “imperfeição” deste exercício decorre dos seguintes factos, pelo menos:

- Os dados da Central de Balanços deste estudo referem-se a 2016 e os da Conta Satélite da Economia Social referem-se a 2013;
- A definição dos agregados económicos comparados não é a mesma especialmente no caso da produção que, para as instituições da Central de Balanços criada neste estudo, não inclui os rendimentos suplementares por não ter sido possível compilar este valor para todas as

instituições e, no caso da Conta Satélite da Economia Social, já os inclui.

Com todas as cautelas de interpretação que esta situação recomenda¹³, a tabela N.º 5 apresenta o peso relativo das 565 instituições da Central de Balanços criada neste estudo em termos dos seguintes agregados económicos:

PRODUÇÃO

- = Vendas e prestações de serviços
- + Variação dos inventários na produção
- + Trabalhos para a própria entidade
- + Subsídios, doações e legados à exploração
- + Rendimentos suplementares¹⁴;

CONSUMOS INTERMÉDIOS

- = Custo dos inventários vendidos e das matérias-primas consumidas
- + Fornecimentos e Serviços Externos;

VALOR ACRESCENTADO BRUTO

- = Produção
- Consumos Intermédios;

REMUNERAÇÕES.

¹³ Algumas destas cautelas têm que ver com o facto da Produção e dos Consumos Intermédios, para efeitos de Contas Nacionais, incorporarem algumas estimativas que não são refletidas nas contas individuais; e também com o facto de estar a ser utilizada informação individual agregada para comparar com informação consolidada, ou seja, informação que exclui relações entre entidades do mesmo setor institucional (esclarecimento proposto pelo Dr. Mário Lourenço).

¹⁴ Pelas razões que já foram referidas, esta última parcela não está incluída no valor da produção das 565 instituições da Central de Balanços criada neste estudo.

Os dados apresentados na tabela N.º 6 apontam todos para um peso económico relativo das 565 instituições da Central de Balanços criada neste estudo no conjunto total de IPSS bem acima do seu peso relativo em termos de número de instituições que será os cerca de 10% atrás referidos.

A ser assim, então isto significa que a dimensão económica média das 565 da Central de Balanços criada neste estudo é superior à dimensão média para o conjunto das IPSS.

TABELA N.º 6 Indicadores sobre o peso económico relativo das 565 instituições da Central de Balanços criada neste estudo no conjunto das IPSS de todo o país (valores em euros)

	N.º DE INSTITUIÇÕES	PRODUÇÃO	CONSUMOS INTERMÉDIOS	VALOR ACRESCENTADO BRUTO	REMUNERAÇÕES
1) Central de Balanços deste estudo	565	609474643 ¹⁵	205004541	404470102	387360786
2) Conta Satélite da Economia Social	5584	2753500000	946300000	1870200000	1753100000
(1) / (2)	10,12%	22,13%	21,66%	21,63%	22,10%

¹⁵ Recorde-se que este valor está subavaliado porque não inclui os rendimentos suplementares. Por isso, também acontece o mesmo com o Valor Acrescentado Bruto.

4.4 ESPECIFICAÇÃO DA DESAGREGAÇÃO DA CONTA DE DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS NECESSÁRIA PARA O CÁLCULO DOS INDICADORES PROPOSTOS NESTE ESTUDO

Este ponto é só para clarificar melhor um assunto que já foi referido em pontos anteriores. Para calcular alguns indicadores propostos neste estudo, mais precisamente, os que têm que ver com as várias origens de rendimentos das IPSS não chega a versão da conta de demonstração de resultados que é utilizada pela quase totalidade das IPSS que publicam as suas contas, mais precisamente a versão que consta do Anexo N.º 2 da Portaria N.º 220/2015, de 24 de julho.

É preciso que os valores dessa conta sejam desagregados da forma apresentada na tabela N.º 7, seja na apresentação da própria conta, então em documentos complementares, tais como balancetes¹⁶, ou anexos às demonstrações financeiras.

Como já se disse, o que demorou mais neste estudo e deu mais trabalho foi saber que IPSS fazem isto.

A desagregação proposta na tabela N.º 7 tem por objetivo evidenciar e diferenciar os rendimentos que têm origem nas seguintes entidades que têm características e motivações muito diferentes umas das outras.

- Os utentes;
- Outros clientes que compram bens e serviços à instituição;
- As entidades públicas distinguindo aqui a Segurança Social, as Autarquias Locais e outras entidades públicas;
- Pessoas individuais e outras entidades da sociedade civil.

A apresentação desagregada aqui proposta enquadra-se no Código de Contas definido pela Portaria N.º 218/15, de 23 de julho para as entidades do setor não lucrativo. Por isso, não exige nem mudanças neste normativo, nem trabalho adicional aos contabilistas que prestam serviços às IPSS.

¹⁶ A publicação de balancetes deverá ser feita de maneira compatível com a legislação sobre a proteção de dados.

TABELA N.º 7 Apresentação da conta de demonstração de resultados com a discriminação das subcontas necessárias para o cálculo dos indicadores propostos neste trabalho

7: RENDIMENTOS	
71+72: Vendas e prestações de serviços	
71: Vendas	
72: Prestações de serviços	
	721: Quotas dos utilizadores
	722: Quotizações e joias
	723+724+725+726+728: Outras prestações de serviços
73: Variação dos inventários na produção	
74: Trabalhos para a própria entidade	
75: Subsídios, doações e legados à exploração	
	751: Subsídios de entidades públicas
	7511: Segurança Social
	7512: Autarquias
	7513: Outras entidades públicas
	752: Subsídios de outras entidades
	753: Doações e heranças
	754: Legados
76: Reversões	
77: Ganhos por aumentos de justo valor	
78: Outros rendimentos	
	781: Rendimentos suplementares
	788: Outros
	7883: Imputação de subsídios para investimentos
	7885: Restituições e consignações de impostos
	7888: Outros não especificados
	78881: Donativos
	78882: Outros
	782+783+784+785+786+787+7881+7882+7884+7886+7887: Outros
79: Juros, dividendos e outros rendimentos similares	
6: GASTOS	
61: Custo dos inventários vendidos e das matérias-primas consumidas	
62: Fornecimentos e serviços externos	
63: Gastos com pessoal	
64: Gastos de depreciação e de amortização	
65: Perdas por imparidade	
66: Perdas por reduções de justo valor	
67: Provisões do período	
68: Outros gastos	
69: Ganhos de financiamento	
8: RESULTADOS	
812: imposto sobre o rendimento do período	
818: Resultado líquido do período	

66

O que deverá exigir atenção por parte dos contabilistas e possivelmente alguns esclarecimentos nos normativos que regem estes assuntos é uma oscilação de critérios que se observou no conjunto de contas que foram compiladas. As situações em que mais se observou esta oscilação de critérios são as seguintes:

- Quotizações e joias: na grande maioria das instituições estão na subconta 722, mas há casos onde estão na conta 78;
- Autarquias: na grande maioria das instituições estão na conta dos subsídios de entidades públicas, mas há casos onde estão na conta dos subsídios doutras entidades;
- Consignações de IRS: na grande maioria das instituições estão na conta 78, mas há casos onde surgem na conta 75 como sendo doações.

O que foi feito nestas situações quando o detalhe da informação publicada as permitiu identificar foi proceder à seguinte uniformização de critérios:

- Quotizações e joias: registadas na subconta 722;
- Autarquias: registadas na conta 75, como parte dos subsídios de entidades públicas;
- Consignações de IRS: registadas na conta 78.

Quanto aos dados recolhidos dos balanços das IPSS, como o objeto deste estudo não era uma análise aprofundada da situação financeira destas instituições, compilaram-se apenas os dados necessários para calcular os rácios de liquidez geral, solvabilidade, autonomia financeira, endividamento e rendibilidade dos capitais. Para isso, bastam os valores do ativo e do passivo corrente e não e dos fundos patrimoniais.

Também não se compilaram dados das demonstrações dos fluxos de caixa.

Assim sendo, quando aqui se diz que foi criada uma “Central de Balanços” neste estudo há que entender isto no sentido de ter sido dado um primeiro passo que deve ser continuado e desenvolvido integrando não só mais instituições na base de dados, mas também compilando dados mais desagregados dos balanços, bem como dados das demonstrações dos fluxos de caixa.

67

4.5 METODOLOGIA DE RECOLHA DE DADOS E DE CÁLCULO DO VALOR DO TRABALHO VOLUNTÁRIO

No envio de contas para a Segurança Social as IPSS podem anexar, a título facultativo, um mapa do trabalho voluntário. Nas pesquisas feitas para a constituição de Central de Balanços deste estudo foram encontrados muito poucos casos em que isso foi feito, ou em que estes dados constem de documentos anexos às contas.

Menos ainda foram as situações onde estão especificados o tempo e o valor do trabalho dos membros dos órgãos sociais. Este trabalho é referido simplesmente como sendo “não remunerado”, sem informação que o quantifique em tempo e em valor.

Na minoria de casos em que há alguma informação quantitativa sobre o voluntariado verifica-se não só essa limitação do voluntariado que é reportado não incluir o dos membros dos órgãos sociais, mas também a informação que é dada sobre o número de voluntários. Dados assim de quase nada servem se não forem acompanhados de alguma especificação sobre o tempo de trabalho que os voluntários dedicam à instituição. São mesmo muito poucas as instituições que o fazem nas mais de 1000 cujas contas e relatórios foram consultados para se chegar ao conjunto das 565 atrás referido.

Para se quantificar o valor do trabalho voluntário usaram-se os dados em tempo de trabalho sobre o pequeno grupo que foi encontrado nessas pesquisas, completando-se com dados recolhidos diretamente junto das outras instituições que foram inquiridas pela equipa de estudo e que responderam positivamente a esse inquérito.

Por estas duas vias conseguiram-se dados sobre o tempo de trabalho voluntário (total anual de horas de trabalho) para 45 IPSS de 14 distritos do país e de todas as formas jurídicas, diferenciando membros dos órgãos sociais e outros voluntários.

Procedeu-se, depois, à valorização deste tempo com base nas remunerações que serão apresentadas no capítulo seguinte, segundo um critério do “salário por ocupação profissional”.

Esse valor foi depois dividido pelos gastos com pessoal para se poder ter um indicador que possa ser comparado entre as instituições.

4.6 METODOLOGIA DE RECOLHA DE DADOS E DE APURAMENTO DOS INDICADORES SOBRE A ESPACIALIDADE DA OFERTA DE SERVIÇOS PRESTADOS PELAS IPSS

Para os dois indicadores sobre a espacialidade da oferta de serviços prestados pelas IPSS, mais precisamente, a percentagem de freguesias onde existem equipamentos sociais das IPSS e a percentagem de freguesias onde os equipamentos sociais que existem são só os das IPSS, a informação que foi usada foi a da Carta Social.

Aqui, como no caso das contas, a opção foi compilar e tratar informação do domínio na forma em que a entidade que a produz a disponibiliza para consulta. Portanto, o que a equipa de estudo aqui fez foi consultar o site da Carta Social¹⁷, para cada resposta social e para cada freguesia, e extrair de lá o número de equipamentos existentes que são propriedade do setor público, das IPSS e do que a Carta Social designa como “entidades lucrativas”.

Tendo estes dados compilados, o cálculo dos dois indicadores atrás referidos é imediato.

Como facilmente se percebe, a compilação destes dados foi mais uma tarefa muito trabalhosa e demorada deste estudo¹⁸.

Por causa do tempo que esta compilação exigiria para ser exaustiva e porque aqui interessam principalmente as respostas sociais que se dirigem essencialmente a comunidades de âmbito infraconcelhio, foram cobertas as seguintes que são também as que correspondem ao maior número de equipamentos sociais existentes:

Crianças e Jovens:

- Centro de Atividades de Tempos Livres;
- Creche;
- Estabelecimento de Educação Pré-Escolar;

Pessoas Idosas:

- Centro de Convívio;
- Centro de Dia;
- Estabelecimento Residencial para Pessoas Idosas;
- Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos).

¹⁷ <http://www.cartasocial.pt/index2.php>

¹⁸ Sem desfazer outros contributos aqui havidos, é justo a equipa de coordenação do estudo reconhecer e agradecer aqui publicamente a colaboração prestada por Renato Emanuel Melo Oliveira na compilação destes dados.

4.7 METODOLOGIA DE RECOLHA DE DADOS E DE CÁLCULO DO MULTIPLICADOR DE RENDIMENTO LOCAL

Os dados compilados e tratados para o cálculo do multiplicador de rendimento local foram os gastos, tal como constam das contas de demonstração de resultados para 2016, excluindo-se os gastos de depreciação e amortização.

Procedeu-se assim porque o que interessa apurar aqui é para onde vai o dinheiro despendido na atividade de exploração distinguindo entre o que vai para pagar a pessoas e entidades sediadas no concelho e o que vai para fora do concelho.

A exclusão das amortizações justifica-se pelo facto de ser um gasto que corresponde a valor retido para autofinanciamento da instituição e que não corresponde a pagamentos ligados à sua atividade de exploração.

Os impostos, os encargos sociais, grande parte ou a totalidade dos gastos com telecomunicações e eletricidade foram considerados como geradores de pagamentos para fora do concelho.

De qualquer maneira, quem construiu esta diferenciação espacial nestas e nas restantes rubricas de gastos foram os contabilistas e outros colaboradores das 44 instituições, de 14 distritos, cobrindo todas as oito formas jurídicas possíveis das IPSS, que generosamente se disponibilizaram para colaborar nesta componente do estudo e que, em tempo útil, produziram resultados com as características necessárias para o cálculo deste multiplicador.

5

RESULTADOS DO ESTUDO

5.1 REDUÇÃO DO CUSTO DE BENS E SERVIÇOS DE APOIO SOCIAL A PAGAR POR PESSOAS EM SITUAÇÃO DE CARÊNCIA ECONÓMICA

A componente principal da importância económica e social das IPSS é facilitar o acesso a bens e serviços de apoio social a pessoas que não os podem pagar por um preço que cubra o seu custo cobrando-lhes por esse acesso um valor definido em função da sua capacidade de pagar que, no limite, pode ser nulo.

Para analisar esta função recorreu-se aos dados das contas de demonstração de resultados da Central de Balanços construída neste estudo para calcular a percentagem do rendimento total de cada uma das instituições dessa base de dados que corresponde a pagamentos dos utentes, ou seja, o que deve estar na conta subconta 721 das “Quotas dos utilizadores”.

Na tabela N.º 8 está o resultado desse cálculo e já a restante estrutura da conta de demonstração de resultados agregada de todas as instituições que estão nessa base de dados. Em anexo estão tabelas semelhantes para todos os distritos e Regiões Autónomas.

Na tabela N.º 8 estão os valores do indicador atrás referido para os vários distritos e Regiões Autónomas e para as várias formas jurídicas das IPSS.

TABELA N.º 8 Estrutura dos rendimentos e dos gastos, em 2016, das IPSS da Central de Balanços criada neste estudo

1	N.º DE IPSS		565	553	
2	ESTRUTURA DOS RENDIMENTOS (% DO TOTAL DOS RENDIMENTOS)	Vendas e prestações de serviços	Total	41,51%	41,73%
3			Vendas		2,48%
4		Prestações de serviços	Total		39,25%
5			Mensalidades, inscrições, participações e quotas dos utilizadores		31,70%
6			Quotizações e joias dos associados		0,98%
7			Serviços secundários, promoções para a captação de recursos, rendimentos de patrocinadores, IVA de serviços com imposto incluído e descontos e abatimentos		6,57%
8		Variação nos inventários de produção		-0,03%	-0,03%
9	Trabalhos para a própria entidade		0,24%	0,24%	
10	Subsídios, doações e legados à exploração	Subsídios do Estado e de outras entidades públicas	Total	49,12%	48,86%
11			Total		46,12%
12		Segurança Social		38,76%	
13		Outras entidades da Administração Central e Institutos Públicos		6,59%	
14		Autarquias		0,78%	
15		Subsídios de entidades privadas		0,27%	
16		Doações e heranças		2,45%	
17	Legados		0,01%		
18	Reversões de imparidades de dívidas, de depreciações e amortizações e de provisões		0,16%	0,16%	
19	Ganhos por aumentos de justo valor		0,02%	0,02%	
20	Juros e rendimentos similares obtidos		0,25%	0,25%	
21	Outros rendimentos	Total		8,73%	8,77%
22		Imputação de subsídios e doações para investimento			0,76%
23		Donativos			0,85%
24		Consignações e restituições de impostos			0,28%
25		Outros rendimentos (rendimentos da propriedade, etc.)			6,88%
26	ESTRUTURA DOS GASTOS (% DO TOTAL DOS GASTOS)	Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas		9,74%	9,80%
27		Fornecimentos e serviços externos		20,93%	20,93%
28		Gastos com o pessoal		58,41%	58,33%
29		Gastos/Reversões de depreciação e de amortização		5,27%	5,26%
30		Perdas por imparidades		0,38%	0,39%
31		Perdas por reduções de justo valor		0,32%	0,32%
32		Aumento das provisões		0,31%	0,31%
33		Juros e rendimentos similares suportados		0,56%	0,57%
34		Imposto sobre o rendimento do período		0,00%	0,00%
35		Outros gastos		3,81%	3,80%

78

Os resultados principais aqui são os seguintes:

- A percentagem dos pagamentos dos utentes no total de rendimentos das 553 instituições para as quais se recolheu informação neste estudo tem um valor central um pouco acima dos 30% (média do agregado¹⁹ de 31,70% e mediana²⁰ de 30,43%);
- Assim sendo, por cada euro que um utente lhe consegue pagar, uma IPSS tem que arranjar mais dois euros;
- Há variações relevantes no valor deste indicador por distritos e por formas jurídicas;
- Em termos das duas medidas de valor central atrás utilizadas (média do agregado e mediana), depois do caso especial das Associações Mutualistas²¹, os Centros Sociais Paroquiais são as instituições onde a percentagem correspondente aos pagamentos dos utentes é maior, seguidos pelas Misericórdias, Associações, Fundações, Casas do Povo, Institutos de Organizações Religiosas e Cooperativas de Responsabilidade Social;
- A variação por distritos não parece poder ser explicada principalmente por fatores de geografia económica, pois, por exemplo, no interior afastado das zonas de maior concentração da população e das atividades económicas tanto há distritos onde este indicador tem o valor mais elevado (Castelo Branco e Portalegre), como distritos onde acontece o contrário (Évora);

Uma hipótese explicativa é que essa variação espacial possa ter alguma coisa que ver com a composição do conjunto de IPSS que se foi desenvolvendo ao longo do tempo em cada território, na diversidade as iniciativas que as fizeram nascer e suas lideranças que as foram conduzindo ao longo do tempo, nas formas jurídicas que foram assumindo e nas valências que foram tendo, com tudo o que daí resulta de políticas de gestão das contribuições dos utentes.

¹⁹ A "média do agregado", neste caso, é a soma das "quotas dos utilizadores" para todas as instituições que estão na Central de Balanços com dados sobre esta conta (553 IPSS e equiparada) a dividir pela soma dos seus rendimentos totais.

²⁰ A "mediana" aqui significa que metade das instituições que estão na Central de Balanços tem uma percentagem de pagamentos feitos pelos utentes no total dos seus rendimentos igual, ou superior a 30,43%. Esta medida de valor central tem a vantagem de ser menos influenciada por valores extremos do que a média.

²¹ Nestas também há que ter em consideração os valores da subconta 722 "Quotizações e joias" porque é aqui que estas organizações podem registar os rendimentos resultantes da subscrição pelos associados de qualquer das modalidades dos benefícios postos à sua disposição" (Portaria N.º 218/2015, de 23 de julho).

79

TABELA N.º 9 Percentagem dos pagamentos dos utentes (“quotas dos utilizadores”) no total dos rendimentos das IPSS da Central de Balanços criada neste estudo, em 2016

		N.º DE INSTITUIÇÕES	MÉDIA DO AGREGADO	MEDIANA
DISTRITOS E REGIÕES AUTÓNOMAS	Açores	23	10,67%	4,61%
	Aveiro	36	33,23%	31,23%
	Beja	10	30,24%	25,93%
	Braga	46	33,75%	29,52%
	Bragança	10	42,57%	34,75%
	C. Branco	16	41,02%	50,95%
	Coimbra	29	24,02%	35,62%
	Évora	16	19,94%	22,89%
	Faro	18	25,17%	15,97%
	Guarda	33	36,72%	37,06%
	Leiria	23	41,03%	34,94%
	Lisboa	102	36,30%	25,92%
	Madeira	6	31,26%	25,12%
	Portalegre	13	34,74%	39,59%
	Porto	63	28,87%	30,42%
	Santarém	28	34,63%	38,08%
	Setúbal	24	27,10%	30,52%
	V. Castelo	15	28,64%	37,14%
Vila Real	15	21,55%	20,74%	
Viseu	27	32,81%	33,71%	
FORMAS JURÍDICAS	Associações de Solidariedade Social	336	32,02%	30,42%
	Associações Mutualistas	8	36,87%	20,37%
	Casas do Povo	10	25,78%	25,92%
	Centros Sociais Paroquiais	99	40,79%	36,43%
	Cooperativas de Responsabilidade Social	14	16,81%	9,90%
	Fundações de Solidariedade Social	25	24,61%	28,96%
	Institutos de Organizações Religiosas	22	20,13%	19,20%
	Misericórdias	39	32,71%	33,64%
TOTAL DO PAÍS	553	31,70%	30,43%	

5.2 IMPLICAÇÕES DA REDUÇÃO DOS CUSTOS A PAGAR PELOS SEUS UTENTES PARA A ESTRUTURA FINANCEIRA E A RENDIBILIDADE DAS IPSS

A percentagem de ipss incluídas na Central de Balanços criada neste estudo que apresentaram resultados líquidos negativos foi de 42,12%, em 2016, o que é muito elevado.

Em termos de resultados operacionais, ou seja, no que toca ao resultado antes de amortizações, juros e impostos (EBITDA) a percentagem já não é tão alta, mas, mesmo assim, é elevada: 18,76%.

Apesar disto, a grande maioria das instituições é solvável, tem bons níveis de liquidez e baixas taxas de endividamento, bem melhores do que no setor das sociedades não financeiras.

TABELA N.º 10 Comparação dos rácios económicos e financeiros das IPSS deste estudo com os do setor das sociedades não financeiras e os das entidades com fins lucrativos prestadoras de serviços de apoio social, em 2016

RÁCIOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS		IPSS DESTE ESTUDO		DADOS DA CENTRAL DE BALANÇOS DO BANCO DE PORTUGAL		
		VALOR DO RÁCIO	N.º IPSS PARA LÁ DO VALOR DE REFERÊNCIA E VALOR DE REFERÊNCIA	VALORES PARA AS SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	VALORES PARA AS ORGANIZAÇÕES DA CAE 87 (ATIVIDADES DE APOIO SOCIAL COM ALOJAMENTO)	VALORES PARA AS ORGANIZAÇÕES DA CAE 88 (ATIVIDADES DE SOCIAL SEM ALOJAMENTO)
N.º DE EMPRESAS E OUTRAS ORGANIZAÇÕES		561		395659	1116 (87% são sociedades por quotas)	774 (83% são sociedades por quotas)
ESTRUTURA FINANCEIRA	Liquidez geral (Ativo corrente / Passivo corrente)	537,89%	461 (>100%)	127,07%	78,40%	103,48%
	Autonomia financeira (Fundos patrimoniais / Ativo)	71,76%	516 (>25%)	32,43%	26,15%	21,94%
	Taxa de endividamento (Ativo / Fundos patrimoniais)	139,36%	527 (<400%)	308,41%	382,47%	455,82%
	Solvabilidade geral (Fundos patrimoniais / Passivo)	277,53%	498 (>50%)	47,98%	35,40%	28,11%
	Cobertura dos ativos não correntes ((Fundos patrimoniais + Passivo não corrente) / Ativo não corrente)	117,47%	395 (>100%)	118,71%	91,11%	101,98
	Juros suportados / EBITDA	0,08		0,16	0,16	0,15

82

Quanto à rentabilidade dos capitais próprios é muito mais baixa do que no setor das sociedades não financeiras: 0,84% contra 7,70% no setor das sociedades não financeiras e 4,72% e 2,34% nas empresas respetivamente da CAE 87 (serviços de apoio social com alojamento) e da CAE 88 (serviços de apoio social sem alojamento) incluídas na Central de Balanços do Banco de Portugal. Como estas empresas das CAE 87 e 88 da Central de Balanços, em mais de 80%, sociedades por quotas, correspondem principalmente a entidades com fins lucrativos que prestam serviços de apoio social.

Para se poder identificar quais são os fatores que podem contribuir para esta disparidade da taxa de rentabilidade dos capitais próprios das IPSS relativamente às sociedades não financeiras e às entidades com fins lucrativos prestadoras de serviços de apoio social, decompôs-se essa taxa nos seis termos apresentados na tabela N.º 11.

TABELA N.º 11 Comparação da taxa de rentabilidade dos capitais próprios e dos seus elementos constitutivo nas IPSS deste estudo com os do setor das sociedades não financeiras e os das entidades com fins lucrativos prestadoras de serviços de apoio social, em 2016

	IPSS DESTE ESTUDO	DADOS DA CENTRAL DE BALANÇOS DO BANCO DE PORTUGAL		
		SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	ORGANIZAÇÕES DA CAE 87 (ATIVIDADES DE APOIO SOCIAL COM ALOJAMENTO)	ORGANIZAÇÕES DA CAE 88 (ATIVIDADES DE SOCIAL SEM ALOJAMENTO)
N.º de organizações	561	395659	1116	774
Rentabilidade dos capitais próprios (Resultado líquido / Fundos patrimoniais) = (1) X (2) X (3) X (4) X (5) X (6)	0,84%	7,70%	4,72%	2,34%
(1) Efeito fiscal (Resultado líquido / Resultado antes de impostos ou EBT)	0,78	0,74	0,64	0,36
(2) Efeito dos juros suportados (Resultado antes de impostos ou EBT / Resultado antes de impostos e juros suportados ou EBIT)	0,62	0,76	0,64	0,58
(3) Efeito das amortizações e depreciações (Resultado antes de impostos e de juros suportados ou EBIT / EBITDA)	0,22	0,61	0,45	0,40
(4a) Rentabilidade operacional das vendas e prestações de serviços (EBITDA / Vendas e prestações de serviços)	16,05%	11,12%	12,23%	
(4b) Rentabilidade operacional das vendas e prestações de serviços e dos subsídios, doações e legados à exploração [EBITDA / (Vendas e prestações de serviços + Subsídios, Doações e Legados à Exploração)]	7,35%			
(5a) Rotação do ativo (Vendas e prestações de serviços / Ativo)	0,22	0,65	0,54	0,74
(5b) Rotação do ativo [(Vendas e prestações de serviços + Subsídios, Doações e Legados à Exploração) / Ativo]	0,48			
(6) Taxa de endividamento ou Alavancagem financeira (Ativo / Fundos patrimoniais)	139,36%	308,41%	382,47%	455,82%
N.º de organizações com EBITDA negativo	106 em 565 (18,76%)			
N.º de organizações com Resultado Líquido negativo	238 em 565 (42,12%)			

83

Nos rácios que envolvem o “volume de negócios” apresentam-se duas versões para as IPSS:

- Uma versão onde o “volume de negócios” tem uma composição que é a adequada para empresas com fins lucrativos, ou seja, inclui as vendas e prestações de serviços;
- Outra versão onde o “volume de negócios” inclui não só as vendas e prestações de serviços, mas também os subsídios, doações e legados à exploração²².

Esta segunda versão é a mais adequada para as especificidades das IPSS se se tiver em conta que, para cumprirem a sua missão, estas organizações só podem cobrar aos seus utentes valores que estes tenham capacidade de pagar. Como estes valores estão abaixo dos preços necessários para cobrir os custos de produção, as IPSS precisam de recorrer a financiamento público e a doações para cobrirem a diferença entre o que os utentes pagam e os custos que têm que suportar.

Da tabela N.º 11 extraíu-se a tabela N.º 12 que permite uma leitura mais expedita dos fatores que mais contribuem para explicar a disparidade da taxa de rentabilidade dos capitais próprios entre as IPSS e as sociedades não financeiras e entidades com fins lucrativos prestadoras de serviços de apoio social.

²² Agradece-se ao Dr. Mário Lourenço a sugestão desta segunda versão.

TABELA N.º 12 Fatores que mais contribuem para explicar a menor taxa de rentabilidade dos capitais próprios das IPSS comparada com a das sociedades não financeiras e a das entidades com fins lucrativos prestadoras de serviços de apoio social

INDICADORES	VALOR DO INDICADOR PARA AS IPSS COMPARADO COM O DAS SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS E O DAS ENTIDADES COM FINS LUCRATIVOS PRESTADORAS DE SERVIÇOS SOCIAIS
Retenção de resultados operacionais para amortizações e depreciações	maior
Rentabilidade operacional com o “volume de negócios” das IPSS a incluir não só as vendas e prestações de serviços, mas também os subsídios, doações e legados à exploração	menor
Rotação do ativo com o “volume de negócios” das IPSS a incluir não só as vendas e prestações de serviços, mas também os subsídios, doações e legados à exploração	menor
Taxa de endividamento	menor

A menor rentabilidade operacional das IPSS pode entender-se se se tiver em conta o facto dos seus utentes serem pessoas de baixos rendimentos.

Para a maior retenção de resultados para amortizações e depreciações e para a menor rotação do ativo podem contribuir fatores de natureza interna e externa:

- Os fatores de natureza interna poderão ter que ver com opções de investimento nas IPSS que foram mais além do que nas empresas com as quais elas aqui se comparam no que se refere ao tempo necessário para gerar recursos capazes de recuperar esse investimento;
- Os fatores de natureza externa podem ter que ver com o facto de que os financiamentos públicos que a grande maioria das IPSS recebe impõe-lhes um conjunto de regras que condicionam as suas opções de gestão e de investimento.

Para a menor taxa de endividamento das IPSS podem contribuir os seguintes fatores:

- Um recurso relativamente maior nas IPSS a financiamento público e a doações para financiamento não só da atividade de exploração, mas também dos investimentos, comparando com o que acontece nas sociedades não financeiras e nas empresas com fins lucrativos prestadoras de serviços sociais;
- Um receio dos dirigentes das IPSS em recorrerem aos instrumentos disponíveis nos mercados financeiros uma vez que esse recurso muitas vezes os obriga a prestarem garantias pessoais quando são dirigentes voluntários, por isso, sem direito a remuneração e sem direito de propriedade sobre os ativos das suas instituições.

5.3 IMPLICAÇÕES PARA AS CONDIÇÕES DE RENDIBILIDADE DAS IPSS DECORRENTES DO ELEVADO PESO RELATIVO DOS GASTOS COM PESSOAL (“ENFERMIDADE DE BAUMOL”)

A componente que, de longe, mais pesa nos custos das IPSS corresponde aos gastos com pessoal. Esta situação faz com que tenha um grande impacto na sustentabilidade económica das IPSS um problema que, na teoria económica, é conhecido pela designação de “enfermidade de Baumol”. Este problema consiste no seguinte:

- Nas IPSS a produtividade do trabalho cresce menos do que no resto da economia (não se pode substituir um cuidador de uma criança, ou de um idoso por outro menos qualificado, ou por uma máquina);
- As remunerações dos trabalhadores não podem evoluir a taxas de crescimento muito desfasadas do resto da economia para compensar essa disparidade na evolução da produtividade do trabalho.

O que daqui resulta é uma tendência para os custos de produção dos bens e serviços fornecidos pelas IPSS crescerem relativamente mais do que nas empresas do resto da economia.

O impacto negativo desta situação nos resultados económicos das IPSS é tanto maior quanto mais os gastos de pessoal pesarem no total dos seus gastos. Os dados das contas de demonstração de resultados compilados na Central de Balanços deste estudo permitem saber os valores dessas percentagens no total dos gastos. Os resultados estão na tabela N.º 13.

TABELA N.º 13 Percentagem dos gastos de pessoal no total dos gastos das IPSS da Central de Balanços criada neste estudo, em 2016

		N.º DE INSTITUIÇÕES	MÉDIA DO AGREGADO	MEDIANA
DISTRITOS E REGIÕES AUTÓNOMAS	Açores	23	62,02%	73,03%
	Aveiro	36	62,25%	65,05%
	Beja	10	65,06%	64,65%
	Braga	46	61,31%	64,08%
	Bragança	10	58,99%	58,04%
	C. Branco	16	61,69%	59,78%
	Coimbra	29	52,50%	60,26%
	Évora	16	43,17%	67,19%
	Faro	18	62,67%	60,60%
	Guarda	33	57,45%	55,63%
	Leiria	23	62,47%	63,71%
	Lisboa	102	54,60%	56,99%
	Madeira	6	57,51%	51,72%
	Portalegre	13	58,36%	55,31%
	Porto	63	60,85%	64,25%
	Santarém	28	62,81%	61,28%
	Setúbal	24	59,01%	58,02%
V. Castelo	15	62,85%	64,90%	
Vila Real	15	59,35%	62,46%	
Viseu	27	60,39%	58,12%	
FORMAS JURÍDICAS	Associações de Solidariedade Social	336	61,78%	60,91%
	Associações Mutualistas	8	25,04%	32,23%
	Casas do Povo	10	51,72%	61,21%
	Centros Sociais Paroquiais	99	63,28%	64,25%
	Cooperativas de Responsabilidade Social	14	63,72%	65,36%
	Fundações de Solidariedade Social	25	53,67%	59,65%
	Institutos de Organizações Religiosas	22	64,96%	67,97%
	Misericórdias	39	55,32%	58,19%
TOTAL DO PAÍS	553	58,33%	61,14%	

Nas variações da percentagem por distritos não se pode identificar nenhuma situação clara explicável por razões de geografia económica. Acontece o mesmo com as variações por formas jurídicas, com a exceção natural das Associações Mutualistas cujas atividades têm uma natureza técnica distinta das das restantes IPSS.

As comparações apresentadas na tabela N.º 14 mostram que a “enfermidade de Baumol” tem muito que ver com as especificidades técnicas das atividades de serviço social porque também nas entidades com fins lucrativos (a grande maioria das que estão nas CAE 87 e 88 da Central de Balanços do Banco de Portugal) o peso relativo dos gastos de pessoal no total dos gastos é elevado.

TABELA N.º 14 Comparação da estrutura dos gastos das instituições da Central de Balanços deste estudo com o setor das sociedades não financeiras e com as entidades com fins lucrativos prestadoras de serviços de apoio social

	DADOS PARA AS IPSS DESTA ESTUDO (2016)	DADOS DA CENTRAL DE BALANÇOS DO BANCO DE PORTUGAL (2016)		
		SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	CAE 87	CAE 88
N.º de organizações	565	395659	1116	774
Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas	9,74%	52,21%	8,83%	5,17%
Fornecimentos e serviços externos	20,93%	22,63%	34,52%	40,55%
Gastos com o pessoal	58,41%	14,16%	43,43%	45,37%
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	5,27%	4,21%	6,45%	3,82%
Perdas por imparidades e por reduções de justo valor	0,70%	0,39%	7,56%	0,10%
Aumento das provisões	0,31%	0,03%	0,10%	-0,03%
Juros e rendimentos similares suportados	0,56%	2,32%	2,00%	1,09%
Imposto sobre o rendimento do período	0,00%	1,28%	1,21%	0,95%
Outros gastos	3,81%	2,74%	3,32%	2,98%

No entanto, uma vez mais as necessidades técnicas não explicam tudo. Como os dados apresentados mostram bem, nas entidades com fins lucrativos prestadoras de serviços de apoio social há um menor peso relativo dos gastos com pessoal e um maior peso relativo dos fornecimentos de bens e serviços externos do que nas IPSS. Há, portanto, opções diferentes entre estes dois grupos de entidades no que deve ser o seu quadro de pessoal próprio e o recurso a serviços externos.

5.4 OFERTA DE PROXIMIDADE DE SERVIÇOS DE APOIO SOCIAL A PESSOAS QUE, DE OUTRO MODO, NÃO TERIAM ACESSO A ELES

O resultado aqui apurado pela equipa do estudo com base na consulta da Carta Social é que as IPSS têm equipamentos sociais para crianças e idosos em 70,76% das 2882 freguesias do Continente. Há alguns distritos onde elas são quase omnipresentes como acontece Beja, Castelo Branco, Faro, Portalegre e Setúbal.

Este indicador mostra, assim, bem a importância económica e social das IPSS na sua faceta de “oferta de proximidade” facilitando o acesso aos bens e serviços que produzem ao reduzirem os custos de deslocação em que os seus utentes incorrem para os consumirem.

Quanto às variações deste indicador por distritos, também aqui não são só fatores de geografia económica que as podem explicar. Esse tipo de fatores poderá explicar os menores valores desta taxa de cobertura nos distritos de Viana do Castelo, Vila Real e Bragança, mas já não servirão para explicar como deve ser os valores muito elevados dessa taxa nos distritos da Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Évora e Faro.

TABELA N.º 15 Percentagem de freguesias com equipamentos sociais das IPSS para crianças e idosos, segundo a Carta Social, no Continente, em 2017

91

DISTRITOS	%
Aveiro	87,76%
Beja	94,67%
Braga	62,53%
Bragança	43,81%
C. Branco	94,17%
Coimbra	89,68%
Évora	91,30%
Faro	97,01%
Guarda	81,82%
Leiria	90,00%
Lisboa	88,81%
Portalegre	94,20%
Porto	65,43%
Santarém	80,14%
Setúbal	98,18%
V. Castelo	42,31%
Vila Real	48,73%
Viseu	61,73%
TOTAL DO CONTINENTE	70,76%

5.5 MOBILIZAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES VOLUNTÁRIAS DA SOCIEDADE CIVIL, EM DINHEIRO E EM ESPÉCIE, PARA A COESÃO SOCIAL

Outra faceta de importância económica e social das IPSS é incentivarem as contribuições voluntárias de pessoas e entidades da sociedade civil para pagar os custos de ações em prol da coesão social.

Considerando as contribuições em dinheiro e em espécie (por exemplo, as doações angariadas através do Banco Alimentar, apesar dos dados compilados na Central de Balanços só permitirem uma quantificação por defeito do seu valor, o que eles mostram que estes contributos ainda representam uma percentagem diminuta do total dos rendimentos das IPSS.

TABELA N.º 16 Percentagem dos subsídios e donativos de pessoas e entidades privadas no total dos rendimentos das IPSS da Central de Balanços criada neste estudo, em 2016

		N.º DE IPSS	MÉDIA DO AGREGADO	MEDIANA
DISTRITOS E REGIÕES AUTÓNOMAS	Açores	23	1,38%	0,00%
	Aveiro	36	1,65%	0,51%
	Beja	10	0,74%	0,55%
	Braga	46	2,09%	0,74%
	Bragança	10	1,15%	0,76%
	C. Branco	16	1,13%	0,68%
	Coimbra	29	3,36%	0,40%
	Évora	16	1,02%	1,16%
	Faro	18	2,72%	1,09%
	Guarda	33	0,87%	0,00%
	Leiria	23	1,33%	0,37%
	Lisboa	102	7,32%	3,64%
	Madeira	6	6,52%	4,32%
	Portalegre	13	6,36%	0,99%
	Porto	63	4,32%	3,98%
	Santarém	28	1,69%	0,76%
	Setúbal	24	1,62%	1,48%
	V. Castelo	15	1,07%	1,29%
Vila Real	15	1,86%	1,12%	
Viseu	27	2,20%	0,52%	
FORMAS JURÍDICAS	Associações de Solidariedade Social	336	4,53%	1,05%
	Associações Mutualistas	8	0,16%	0,00%
	Casas do Povo	10	0,71%	0,32%
	Centros Sociais Paroquiais	99	2,45%	1,10%
	Cooperativas de Responsabilidade Social	14	2,32%	3,14%
	Fundações de Solidariedade Social	25	4,70%	0,27%
	Institutos de Organizações Religiosas	22	10,78%	7,45%
	Misericórdias	39	0,90%	0,73%
TOTAL DO PAÍS	553	3,59%	1,08%	

Isto deve ser o resultado combinado das seguintes situações:

- Uma atividade pouco intensiva, ou pouco eficaz destas instituições na angariação de fundos e de contributos em espécie;
- Uma baixa capacidade da grande maioria da população e uma fraca disponibilidade da maioria das empresas para contribuírem desta maneira.

Os dados mostram que é menos assim nos distritos do litoral.

Antes de terminar com este ponto, uma explicação sobre por que é que os dados apresentados na tabela N.º 16 subestimam o peso relativo destes contributos da sociedade civil. As razões são as seguintes:

Para um bom número de instituições da Central de Balanços deste estudo não foi possível obter dados da conta 78 (Outros gastos) para saber o valor de donativos que aí pode estar registado;

É muito provável que não haja um registo completo de donativos em espécie recebidos por estas instituições.

5.6 MOBILIZAÇÃO DE TRABALHO VOLUNTÁRIO PARA A COESÃO SOCIAL

A importância económica e social das IPSS também inclui a função de mobilização de trabalho voluntário para os seus órgãos sociais, para apoio administrativo, para colaboração nos vários serviços que prestam aos seus utentes e para ações de angariação de fundos.

Como já se referiu, o indicador que aqui foi adotado para se medir esta componente foi a percentagem que o valor deste trabalho representa relativamente aos gastos que as instituições tiveram com o seu pessoal remunerado em 2016.

Conseguiu-se obter dados sobre o total anual de horas de trabalho voluntário de membros dos órgãos sociais e dos outros voluntários para 44 IPSS de 14 distritos do país e de todas as formas jurídicas.

Valorizando este tempo de trabalho segundo um critério de “salário por ocupação profissional”, tendo em conta as funções que foram reportados para os voluntários nas instituições atrás referidas, consideraram-se os seguintes três níveis salariais, para uma taxa contributiva de 22%, 12 meses de salários, subsídio de férias e de Natal, oito horas de trabalho por dia e cinco dias de trabalho por semana:

- Membros dos órgãos sociais, médicos e juristas: 11,645€ / hora, para um salário mensal de 1200 €;
 - Voluntários em funções técnicas e docentes: 9,705€ / hora, para um salário mensal de 1000€;
 - Voluntários em funções de apoio a atividades de animação sociocultural, cozinha, limpeza, angariação de fundos: 5,143€ / hora, para um salário mensal de 530€.
- Os resultados obtidos são o que constam da tabela N.º 17.

TABELA N.º 17 Valor do trabalho voluntário dirigente e não dirigente, em percentagem dos gastos de pessoal, em 2016

	MÉDIA DO AGREGADO	MEDIANA
N.º de IPSS	44	44
Total do trabalho voluntário	4,58%	3,85%
Voluntariado dos membros dos órgãos sociais	3,09%	2,54%
Outros voluntários	1,49%	0,64%

Antes de terminar, duas notas em relação a este assunto. Uma é referir que existe um conjunto de IPSS cujas atividades assentam quase exclusivamente, ou mesmo na totalidade, no voluntariado, fazendo a mobilização deste tipo de trabalho a sua missão principal. Não são as 44 para as quais foram calculados os indicadores atrás apresentados que estão mais próximas dos perfis mais frequentes de IPSS.

A última nota é que não é correto reduzir a relevância deste tipo de trabalho aos indicadores atrás apresentados. Neste tipo de colaboração da sociedade civil com as IPSS está o empenhamento cívico e educação para a cidadania, aprofundamento da democracia através do desenvolvimento destas formas de democracia participativa, desenvolvimento das relações destas instituições com a sua comunidade envolvente, cultura dos valores da solidariedade de serviço em ordem ao Bem Comum. Tudo isto, não está convenientemente medido pelos indicadores quantitativos atrás apresentados.

98

5.7 PRESENÇA DAS IPSS EM LOCALIDADES ONDE NÃO EXISTE MAIS NENHUMA OFERTA DE SERVIÇOS DE APOIO SOCIAL

Outra faceta relevante da importância económica e social das IPSS e equiparadas é o seu contributo para a coesão territorial naquilo que consiste em estarem presentes com a sua oferta de serviços sociais naquelas partes do país mais carentes de oferta de serviços coletivos e onde mais nenhuma entidade está presente para os proporcionar à população.

O resultado aqui apurado pela equipa do estudo com base na consulta da Carta Social é que as IPSS são as únicas que têm equipamentos sociais para crianças e idosos em 27,16% das freguesias do Continente.

A distribuição por distritos deste indicador que a tabela N.º 18 apresenta fala por si, comprovando, de forma claríssima, o que atrás foi dito sobre esta faceta da importância económica e social das IPSS.

TABELA N.º 18 Percentagem de freguesias com equipamentos sociais para crianças e idosos só das IPSS, segundo a Carta Social, no Continente, em 2017

DISTRITOS	%
Aveiro	22,45%
Beja	24,00%
Braga	20,46%
Bragança	28,76%
C. Branco	54,17%
Coimbra	34,19%
Évora	42,03%
Faro	31,34%
Guarda	57,85%
Leiria	12,72%
Lisboa	5,22%
Portalegre	49,28%
Porto	10,29%
Santarém	17,73%
Setúbal	5,45%
V. Castelo	25,00%
Vila Real	32,00%
Viseu	23,47%
Total do Continente	27,16%

99

5.8 CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS EXTERNOS PARA AS ECONOMIAS LOCAIS E SEUS EFEITOS MULTIPLICADORES NESSAS ECONOMIAS

Os valores do multiplicador de rendimento local que foi possível calcular constam do quadro seguinte.

Os resultados mostram que, para o conjunto das IPSS que constam desta tabela N.º 19, cada euro que captam para dentro da economia dos seus concelhos, em média é multiplicado por um pouco mais de 4 (4,218) devido ao facto desse valor ficar a circular dentro da economia do concelho ao ser utilizado para pagar remunerações a trabalhadores da IPSS que vivem no concelho e para comprar bens e serviços a empresas do concelho.

TABELA N.º 19 Valores do multiplicador de rendimento local de IPSS apurados neste estudo

DENOMINAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	CONCELHO	DISTRITO	MULTIPLICADOR
CENSO – Centro Social, Cultural e Recreativo de Messegães, Valadares e Sá	Monção	V. Castelo	1,973
Centro Paroquial de Reboreda	V. N. Cerveira	V. Castelo	1,671
Patronato de N. S. Bonança	Caminha	V. Castelo	4,751
AAPEL – Associação dos Amigos da Pessoa Especial Limiana	P. Lima	V. Castelo	2,775
AASVP - Associação de Assistência de S. Vicente de Paulo	Braga	Braga	8,844
Lar D. Pedro V	Braga	Braga	4,611
Centro Social Paroquial de Revelhe	Fafe	Braga	7,689
Santa Casa da Misericórdia de S. Bento de Arnóia	Celorico de Basto	Braga	2,320
ADCL – Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais	Guimarães	Braga	5,270
Infantário da Escola Preparatória de V. N. Famalicão	V. N. Famalicão	Braga	3,164
Centro Social da Paróquia de São Lázaro	Braga	Braga	5,340
Instituto de S. José	V. Conde	Porto	2,200
APPACDM do Porto	Porto	Porto	1,463
ALADI – Associação Lavrense de Apoio ao Diminuído Mental	Matosinhos	Porto	6,129
Casa do Caminho	Matosinhos	Porto	4,117
Associação dos Albergues Nocturnos do Porto	Porto	Porto	1,838
AMUT – Associação Mutualista de Gondomar	Gondomar	Porto	4,592
Associação Social, Cultural, Recreativa e Bem-Fazer Vai Avante	Gondomar	Porto	4,315
Fundação Couto	V. N. Gaia	Porto	4,188
CECAJUVI – Centro de Apoio à Juventude e Idosos	Baião	Porto	2,129
Liga Portuguesa de Profilaxia Social	Porto	Porto	3,807
Centro Social e Paroquial de Cabril	Montalegre	V. Real	4,011
Santa Casa da Misericórdia de Mogadouro	Mogadouro	Bragança	3,345
Centro de Apoio Familiar Pinto de Carvalho	O. Azeméis	Aveiro	3,956

102

DENOMINAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	CONCELHO	DISTRITO	MULTIPLICADOR
Fundação Bernardo Barbosa de Quadros	Sever do Vouga	Aveiro	2,421
Fundação da Casa do Pessoal da Segurança Social e Saúde de Aveiro	Aveiro	Aveiro	3,985
Centro Social da Bela Vista	Aveiro	Aveiro	3,985
CASDSC – Comissão de Apoio Social e Desenvolvimento de Santa Catarina	Vagos	Aveiro	2,753
Santa Casa da Misericórdia de Tondela	Tondela	Viseu	3,417
Fundação Elísio Ferreira Afonso	Sátão	Viseu	2,794
ADM Estrela	Guarda	Guarda	5,487
NDS – Núcleo Desportivo e Social	Guarda	Guarda	6,783
Santa Casa da Misericórdia de Peniche	Peniche	Leiria	3,418
CASBI – Centro de Convívio e Apoio Social Bidoeirense	Leiria	Leiria	10,483
CERCI de Peniche	Peniche	Leiria	3,527
Centro de Bem-Estar Social de Glória do Ribatejo	S. Magos	Santarém	3,570
Cáritas Paroquial de Coruche	Coruche	Santarém	6,310
Centro Educativo e de Solidariedade Social EZN Fonte Boa	Santarém	Santarém	7,828
Centro Social e Cultural de Santo Aleixo	Covilhã	C. Branco	7,711
Fundação Instituto Social Cristão Pina Ferraz	Penamacor	C. Branco	1,735
Casa do Povo de Alagoa	Portalegre	Portalegre	3,472
AJPAS – Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e de Saúde	Amadora	Lisboa	5,642
Fundação Irene Rolo	Tavira	Faro	2,277
Associação Social e Cultural de Almancil	Almancil	Faro	3,484
MÉDIA			4,218
MEDIANA			3,882
MÍNIMO			1,463
MÁXIMO			10,483

103

5.9 ALGUMAS COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS

Grande parte dos serviços prestados pelas IPSS destinam-se a crianças e a pessoas idosas. Por isso, nas comparações internacionais que aqui vão ser apresentadas centram-se nestes dois grupos alvo.

Serviços de apoio social para as crianças

Taxas de cobertura dos serviços para a 1.ª infância

A base de dados estatísticos sobre as famílias compilados e publicados pela OCDE²³ (*OECD Family Database*) fornece informação sobre as percentagens de crianças entre os 0 e os 2 anos de idade que são servidas por equipamentos sociais do tipo creches, ou outros que lhes sejam destinados fora de casa. Esses dados estão apresentados na tabela N.º 20.

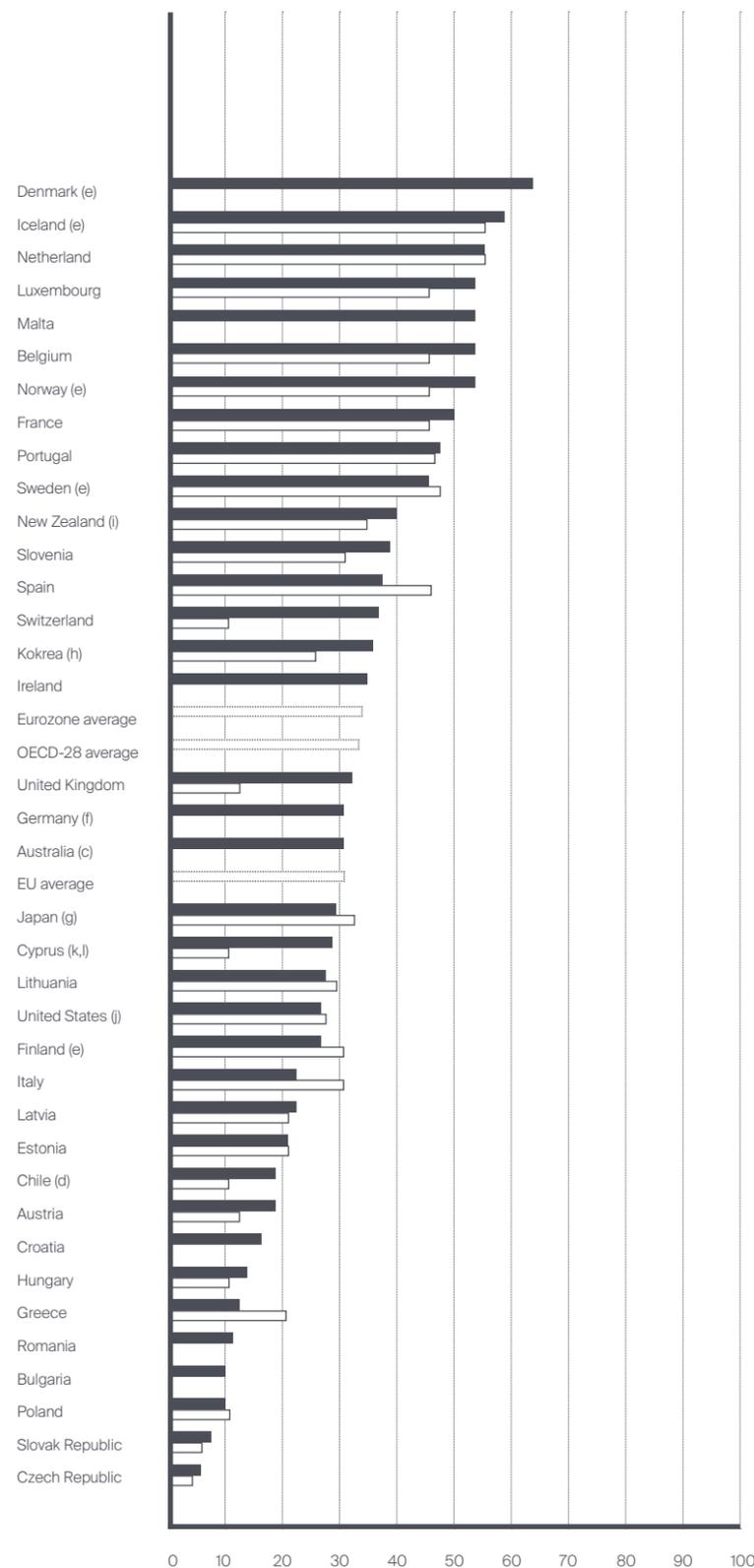
Com uma percentagem de 47,9% em 2014, Portugal está acima das médias da União Europeia e da OCDE, bem como dos 33% da chamada “Meta de Barcelona”²⁴.

Os dados apresentados no gráfico N.º 1 e na tabela N.º 20 referem-se a serviços prestado pelos vários tipos de entidades: setor público, instituições sem fins lucrativos e entidades com fins lucrativos.

²³ <http://www.oecd.org/els/family/database.htm>

²⁴ Objetivo definido no Conselho Europeu de Barcelona a atingir até 2010.

GRÁFICO N.º 1 Percentagem de crianças entre os 0 e os 2 anos que frequentam infantários e outros equipamentos sociais para este estrato etário



FONTE OECD Family Database (dados atualizados em 09/10/16)

■ 2014
□ 2016

TABELA N.º 20 Percentagem de crianças entre os 0 e os 2 anos que frequentam infantários e outros equipamentos sociais para este estrato etário

	2006	2014
Dinamarca	63,1	65,2
Islândia	53,6	59,7
Holanda	53,9	55,9
Luxemburgo	43,4	55,1
Malta		54,8
Bélgica	42,4	54,7
Noruega	42,6	54,7
França	42,4	51,9
Portugal	43,9	47,9
Suécia	45,7	46,9
Nova Zelândia	34,0	41,9
Eslovénia	31,4	40,3
Espanha	42,6	38,1
Suíça		38,0
Coreia	11,2	35,7
Irlanda	25,2	35,0
Média da Zona Euro		34,9
Média da OCDE-28	29,0	34,4
Reino Unido	39,7	33,6
Alemanha	13,6	32,3
Austrália		32,0
Média da União Europeia		31,5
Japão		30,6
Chipre	31,6	30,0
Lituânia	8,1	28,8
EUA	27,4	28,0
Finlândia	26,5	27,9
Itália	28,6	24,2
Letónia	17,8	24,0
Estónia	17,2	23,2
Chile	9,8	19,2
Áustria	11,5	19,2
Croácia		16,9
Hungria	10,1	14,5
Grécia	18,2	13,8
Roménia		12,4
Bulgária		11,2
Polónia	8,8	11,0
Eslováquia	4,9	6,4
República Checa	2,6	5,6

FONTE OECD Family Database (dados atualizados em 09/10/16)

TABELA N.º 21 Taxas de escolarização na educação pré-escolar

	2013	2014	2015	
Austrália	66,1	67,4	70,6	
Áustria	83,3	83,3	84,5	
Bélgica	97,9	97,9	97,9	
Canadá	
Chile	73,5	75,3	76,4	
República Checa	76,8	80,5	84,6	
Dinamarca	95,8	95,5	96,3	
Estónia	89,6	
Finlândia	74,1	73,8	73,9	
França	100,2	100,3	100,1	
Alemanha	95,2	97,0	96,0	
Grécia	..	47,0	48,8	
Hungria	88,3	89,7	90,2	
Islândia	96,1	96,6	97,2	
Irlanda	80,2	79,3	74,5	
Israel	100,7	97,8	99,2	
Itália	97,3	95,1	94,9	
Japão	91,1	91,0	..	
Coreia do Sul	91,4	92,6	91,9	
Letónia	89,5	91,0	91,6	
Lituânia	79,4	82,2	83,8	
Luxemburgo	89,9	88,3	86,3	
México	80,2	80,7	81,1	
Holanda	94,1	92,0	92,8	
Nova Zelândia	94,4	92,4	93,8	
Noruega	96,7	96,6	96,7	
Polónia	73,2	74,1	80,4	
Portugal	88,7	87,9	88,7	
Eslováquia	72,3	73,0	72,2	
Eslovénia	87,9	87,2	88,0	
Espanha	96,6	96,7	96,7	
Suécia	94,2	94,3	92,7	
Suíça	46,7	48,1	49,1	
Turquia	..	37,3	38,0	
Reino Unido	96,6	93,7	101,6	
EUA	66,0	66,8	66,6	
OCDE - Média	86,1	86,2	86,9	
Economias não pertencentes à OCDE	Brasil	56,1	58,9	60,8
	Costa Rica	50,9	52,2	50,5
	Indonésia	20,2	18,6	..
	Rússia	..	81,3	83,3

FONTE OECD.Stat
(<https://stats.oecd.org/>)

Taxas de escolarização relativas à educação pré-escolar

Continuando a recorrer à OCDE as suas estatísticas para a educação têm dados para as taxas de escolarização relativas à educação pré-escolar, ou seja, as percentagens de crianças entre os 3 e os 5 anos que frequentam um estabelecimento de ensino pré-escolar. Essas taxas estão apresentadas na tabela N.º 21.

TABELA N.º 22 Peso relativo dos setores público e privado na oferta de serviços de apoio à 1.ª infância e na educação pré-escolar²⁵

PAÍS	TUTELAS PÚBLICAS DO SISTEMA	RESPOSTAS SOCIAIS PARA A 1.ª INFÂNCIA	EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
Portugal	Dois sistemas: 1.ª infância na Segurança Social e pré-escolar na Educação	Peso relativo muito pequeno do setor público, tendo as IPSS um pouco mais de 70% das creches e o setor privado lucrativo cerca de 1/4	
Áustria	Sistema descentralizado	61,4% do setor público e 38,6% do setor privado	
Bélgica	Dois sistemas: 1.ª infância na Segurança Social e pré-escolar na Educação	50-65% do setor público, estando o setor privado baseado principalmente em serviços organizados no seio das famílias	98% no setor público
República Checa	Dois sistemas: 1.ª infância na Saúde e pré-escolar na Educação	95% do setor público, sendo o setor privado constituído principalmente por empresas com fins lucrativos	100% do setor público
Dinamarca	Sistema único sob a tutela da Segurança Social	95% do setor público e de um setor privado muito subsidiado constituído, na sua grande maioria (97%), por organizações sem fins lucrativos e por empresas privadas sujeitas a uma política de controle dos seus preços	
Finlândia	Sistema único sob a tutela da Segurança Social	95% do setor público e de um setor privado muito subsidiado constituído, na sua grande maioria (97%), por organizações sem fins lucrativos e por empresas privadas sujeitas a uma política	
França	Dois sistemas: 1.ª infância na Segurança Social e pré-escolar na Educação	90% do setor público, sendo 95% do setor privado constituído por organizações sem fins lucrativos	100% do setor público
Alemanha	Sistema descentralizado regulado pela Segurança Social	34% do setor público e 66% de um setor privado muito subsidiado e totalmente constituído por organizações sem fins lucrativos	
Grécia	Dois sistemas: 1.ª infância na Segurança Social e pré-escolar na Educação	8,5% do setor público	98% do setor público

²⁵ Tabela adaptado de Penn (2014), exceto no caso de Portugal onde a informação foi acrescentada por nós com base na consulta da Carta Social

TABELA N.º 22 (Continuação)

Hungria	Dois sistemas: 1.ª infância na Segurança Social e pré-escolar na Educação	Principalmente o setor público com um setor privado muito subsidiado	100% do setor público
Itália	Dois sistemas: 1.ª infância na Segurança Social e pré-escolar na Educação	Maioria do setor público	74% do setor público
Irlanda	Dois sistemas: 1.ª infância na Segurança Social e pré-escolar na Educação	98% do setor privado, sendo grande parte deste (85%) constituído por empresas com fins lucrativos	Existência de muitas organizações de economia social e de pequenos empresários
Letónia	Sistema único sob a tutela da Educação		
Holanda	Dois sistemas: 1.ª infância na Segurança Social e pré-escolar na Educação	95% privado, que, antes de 2005, era constituído essencialmente por organizações sem fins lucrativos, mas com um aumento das empresas com fins lucrativos desde então	98% público
Noruega	Sistema único sob a tutela da Educação	46% do setor público e 54% de um setor privado muito subsidiado e muito regulado por um controle de preços que faz com que, na prática, seja sem fins lucrativos	
Roménia	Dois sistemas: 1.ª infância na Segurança Social e pré-escolar na Educação	100% do setor público	100% do setor público
Eslováquia	Dois sistemas: 1.ª infância na Segurança Social e pré-escolar na Educação	Principalmente do setor público, com uma preferência das políticas públicas pelo apoio a licenças de maternidade longas em vez de infantários.	95% do setor público
Espanha	Sistema descentralizado regulado pela Educação		Principalmente do setor público
Suécia	Sistema único sob a tutela da Educação	82% do setor público, com um setor privado, sem fins lucrativos e subsidiado e muito regulado por um controle de preços que faz com que, na prática, seja sem fins lucrativos	
Reino Unido	Sistema descentralizado regulado pela Educação	97% do setor privado, constituído, na sua grande maioria (85%), por empresas com fins lucrativos	40% do setor privado, sendo que neste 40% corresponde a empresas com fins lucrativos

Com uma taxa de escolarização de 88,7% em 2015, Portugal está acima da média da OCDE.

Também aqui estes dados da OCDE referem-se a estabelecimentos de ensino dos vários tipos de entidades: setor público, instituições privadas sem fins lucrativos e entidades com fins lucrativos.

Comparação da natureza jurídica das entidades que prestam serviços de apoio social para as crianças (1.ª Infância e Educação Pré-Escolar)

Comparadas as coberturas dos serviços de apoio social para as crianças, veja-se, agora, a natureza jurídica das entidades que os prestam.

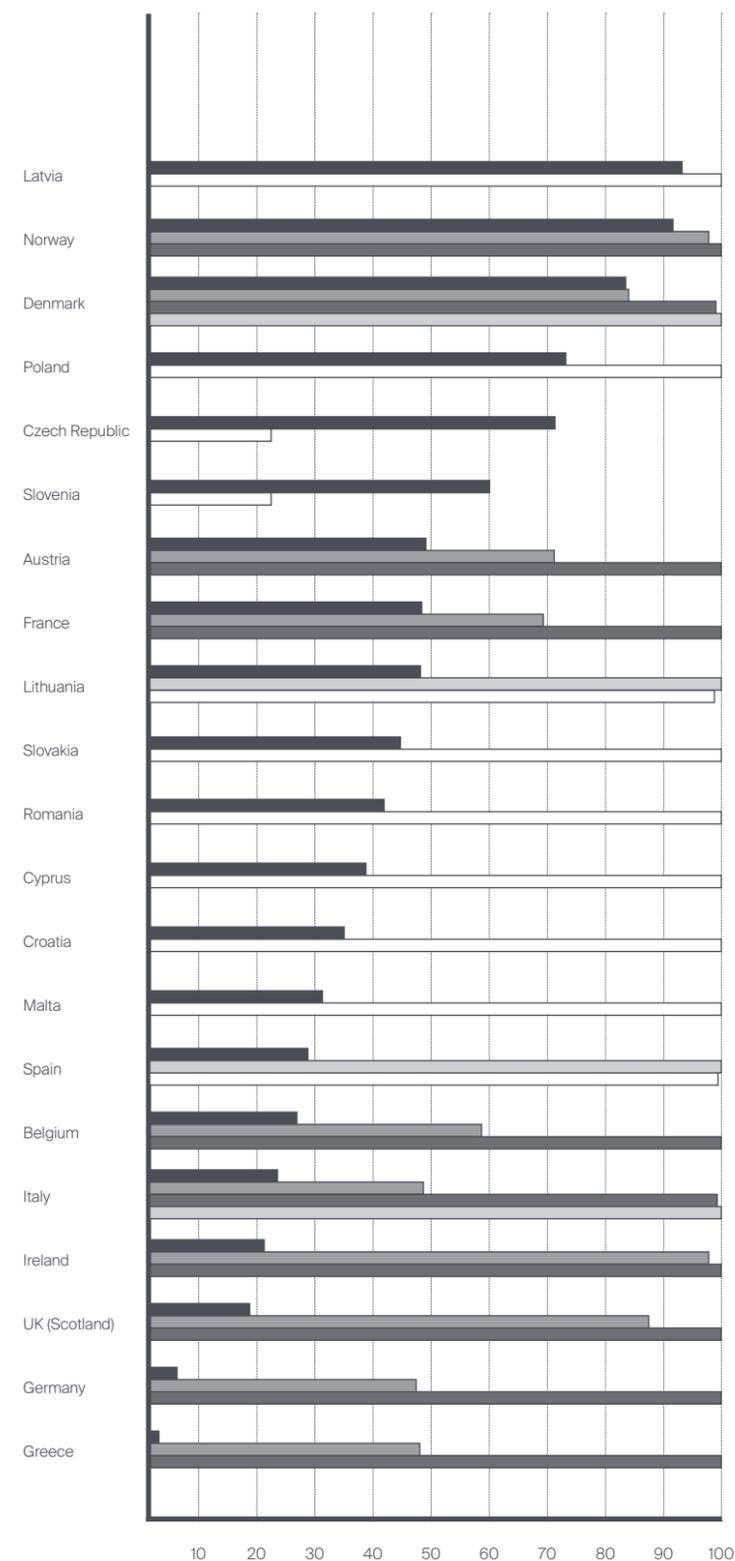
Para isso é útil a informação que Penn (2014) sintetizou num quadro com base no qual foi produzida a tabela N.º 22.

Observando a informação aí contida pode concluir-se que Portugal é um caso à parte relativamente aos restantes países da União Europeia, pelas seguintes razões:

- Nos equipamentos de apoio à 1.ª Infância só estão próximos de Portugal no peso muito residual do Estado como prestador direto destes serviços a Irlanda e o Reino Unido, mas com a diferença de nestes países as empresas ditas “lucrativas” terem uma posição relativa muito mais forte do que em Portugal;
- Ainda no que se refere aos equipamentos sociais para a 1.ª Infância Portugal poderá ter tido algumas semelhanças com a Holanda, mas isso terá sido mais antes de 2005 e menos agora, com o crescimento, desde então, das entidades com fins lucrativos que parece ter sido relativamente maior na Holanda do que em Portugal;
- Também no caso da educação pré-escolar as IPSS o perfil de Portugal não tem paralelo, com um predomínio do setor público como prestador direto, mas um predomínio moderado por uma contribuição significativa das IPSS que representam cerca de 1/3 destas respostas.

112

GRÁFICO N.º 2 Distribuição do número de Equipamentos Residenciais para Pessoas Idosas por natureza jurídica do seu proprietário em vários países da União Europeia



FONTE Eurofund (2017).

113

Serviços de apoio social para as pessoas idosas

Passando, agora, às comparações da organização dos serviços de apoio social às pessoas idosas, a *European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions – Eurofund* compilou e publicou muito recentemente (Eurofund, 2017) dados sobre a organização da oferta de Equipamentos Residenciais para Pessoas Idosas nos vários países da União Europeia, com exceção de Portugal.

O gráfico apresentado retirado diretamente dessa publicação refere-se à distribuição do número desses equipamentos por tipos de entidades.

Com base na consulta que a equipa deste estudo fez no site da Carta Social, esta distribuição no Continente é a seguinte para 2016: cerca de 70% dos equipamentos são das IPSS, um pouco menos de 30% são de entidades com fins lucrativos, tendo o setor público uma posição muito residual.

Esta posição muito residual do setor público em Portugal como prestador direto de serviços nesta atividade faz do país um caso à parte relativamente aos que constam do gráfico N.º 2. Só a Grécia e a Alemanha se aproximam de Portugal no que se refere ao peso relativo do setor público nesta atividade, mas com a diferença de nesses dois países as entidades com fins lucrativos terem um peso relativo muito maior do que em Portugal.

6 RECOMENDAÇÕES

Para terminar, recordam-se algumas recomendações já feitas ao longo do texto, a saber:

26 <https://rotass.cnis.pt>

119

- Manter e desenvolver a Central de Balanços criada neste estudo, acrescentando-lhe mais campos de informação (dados mais detalhados dos balanços, dados das demonstrações dos fluxos de caixa, emprego remunerado) e mais organizações;
- Desenvolver ações que contribuam para a publicação das contas por um maior número de IPSS e para um acesso mais fácil a essas publicações, podendo uma boa plataforma para isso ser o ROTASS – Rede Operacional e Técnica de Apoio ao Setor Solidário²⁶, sem prejuízo da publicação em site próprio para as instituições que o tiverem;
- Incentivar a que a publicação da conta de demonstração de resultados seja feita com informação complementar desagregada de um modo que permita o cálculo dos indicadores propostos neste estudo na linha do que consta na Tabela N.º 7;
- Incentivar a que haja uniformidade de critérios nas contas onde são registadas as várias rubricas de gastos e de rendimentos, nomeadamente as quotas e joias dos associados e as consignações de IRS;
- Incentivar a que seja contabilizado e incorporado na conta de demonstração de resultados o valor do trabalho voluntário, incluindo o dos membros dos órgãos sociais;
- Incentivar a que haja um número cada vez maior de instituições que organiza as suas contas de maneira a poderem extrair delas, com relativa facilidade, a informação necessária para o cálculo do multiplicador de base local;
- Incentivar a que as instituições incluam nos relatórios das suas atividades e das suas contas a informação e os indicadores que resultarem das propostas de melhoria atrás referidas;
- Incentivar a que as instituições tirem bom partido dessas melhorias para o desenvolvimento das atividades de comunicação com as suas várias partes interessadas, bem como na angariação de fundos e na melhoria da sua eficiência.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- **BANCO DE PORTUGAL – DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA (2014).** Quadros do Setor e Quadros da Empresa e do Setor. Notas Metodológicas. Série Longa 1995-2013. Estudos da Central de Balanços 19. Lisboa: Banco de Portugal.
- **Banco de Portugal – Departamento de Estatística (2017).** Análise Setorial das Sociedades Não Financeiras 2012-2016. Estudos da Central de Balanços 30. Lisboa: Banco de Portugal.
- **Eurofund (2017).** Care homes for older Europeans: Public, for-profit, and non-profit providers. Luxembourg: Publications Office of the European Community.
- **Garrido, Sara de Azevedo (2013).** Propriedades económicas das comunidades humanas. O impacto económico local da Santa Casa da Misericórdia de S. Bento de Arnóia. Tese de Mestrado em Economia Social. Porto: Faculdade de Economia e Gestão – Universidade Católica Portuguesa.
- (https://www.researchgate.net/publication/299711145_Organizacoes_de_Economia_Social_o_que_as_distingue_e_como_podem_ser_sustentaveis)
- **INE – Instituto Nacional de Estatística (2016).** Conta Satélite da Economia Social 2013. Instituto Nacional de Estatística – Destaque – Informação à Comunicação Social – 20 de dezembro de 2016.
- **INE – Instituto Nacional de Estatística e CASES – Cooperativa António Sérgio para o Sector Cooperativo (2013).** Conta Satélite da Economia Social 2010. Lisboa: INE – Instituto Nacional de Estatística e CASES – Cooperativa António Sérgio para o Sector Cooperativo.
- **Mendes, Américo M. S. Carvalho (2011).** Presente e futuro das Instituições Privadas de Solidariedade Social. A questão da sua sustentabilidade. In UIPSS/CNIS. 30 anos ao serviço da solidariedade. Porto: CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade. pp. 227-233.
- **Mendes, Américo M. S. Carvalho (2015).** Organizações de Economia Social: o que as distingue e como podem ser sustentáveis. Porto: ATES – Área Transversal de Economia Social – Universidade Católica Portuguesa.
- **Penn, Helen (2014).** The Business of Childcare in Europe. Journal of Early Childhood Education Research Journal, Vol. 22, 2014, Issue 4, pp. 432-456.
- **Sacks, Justin (2002).** The Money Trail. Measuring your impact in the local economy using LM3. London. The New Economics Foundation & The Countryside Agency.
- **Soares, Cláudia; Fialho, José António Sousa; Chau, Fernando; Gageiro, João; Pestana, Helena (2013).** A Economia Social e a sua Sustentabilidade como Factor de Inclusão Social. Lisboa: SERGA – Serviços, Organização e Informática – 2012.

8

ANEXOS

8.1 ESTRUTURA DOS RENDIMENTOS E DOS GASTOS DAS IPSS QUE INTEGRAM A CENTRAL DE BALANÇOS CRIADA NESTE ESTUDO, POR DISTRITOS E REGIÕES AUTÓNOMAS, EM 2016

ESTRUTURA DOS RENDIMENTOS E DOS GASTOS DAS IPSS DA CENTRAL DE BALANÇOS CRIADA NESTE ESTUDO, EM 2016 (DISTRITOS)

		AVEIRO	BEJA	BRAGA			
1	N.º DE IPSS	36	10	46			
2	ESTRUTURA DOS RENDIMENTOS (% DO TOTAL DOS RENDIMENTOS)	Total	39,56%	42,07%	38,48%		
3		Vendas	4,16%	10,29%	0,75%		
4		Vendas e prestações de serviços	Total	35,40%	31,79%	37,73%	
5			Prestações de serviços	Mensalidades, inscrições, participações e quotas dos utilizadores	33,23%	30,24%	33,75%
6				Quotizações e joias dos associados	0,30%	0,08%	0,43%
7				Serviços secundários, promoções para a captação de recursos, rendimentos de patrocinadores, IVA de serviços com imposto incluído e descontos e abatimentos	1,87%	1,46%	3,54%
8		Variação nos inventários de produção	-0,03%	0,08%	0,00%		
9		Trabalhos para a própria entidade	0,02%	0,13%	0,02%		
10		ESTRUTURA DOS RENDIMENTOS (% DO TOTAL DOS RENDIMENTOS)	Total	54,18%	50,56%	53,25%	
11			Subsídios do Estado e de outras entidades públicas	Total	53,39%	50,28%	52,06%
12	Segurança Social			46,06%	42,71%	43,21%	
13	Outras entidades da Administração Central e Institutos Públicos			6,63%	5,88%	7,75%	
14	Autarquias			0,69%	1,69%	1,09%	
15	Subsídios de entidades privadas		0,28%	0,04%	0,21%		
16	Doações e heranças		0,51%	0,24%	0,96%		
17	Legados		0,00%	0,00%	0,03%		
18	Reversões de imparidades de dívidas, de depreciações e amortizações e de provisões		0,00%	0,00%	0,00%		
19	Ganhos por aumentos de justo valor		0,00%	0,64%	0,00%		
20	Juros e rendimentos similares obtidos	0,27%	0,08%	0,20%			
21	ESTRUTURA DOS RENDIMENTOS (% DO TOTAL DOS RENDIMENTOS)	Total	6,00%	6,44%	8,03%		
22		Imputação de subsídios e doações para investimento	1,04%	0,41%	0,94%		
23		Donativos	0,85%	0,46%	0,89%		
24		Consignações e restituições de impostos	0,07%	0,43%	0,11%		
25		Outros rendimentos (rendimentos da propriedade, etc.)	4,04%	5,14%	6,09%		
26	ESTRUTURA DOS GASTOS (% DO TOTAL DOS GASTOS)	Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas	11,43%	14,11%	6,72%		
27		Fornecimentos e serviços externos	17,61%	15,64%	23,06%		
28		Gastos com o pessoal	62,25%	65,06%	61,31%		
29		Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	6,03%	3,83%	5,77%		
30		Perdas por imparidades	0,11%	0,01%	0,01%		
31		Perdas por reduções de justo valor	0,00%	0,00%	0,00%		
32		Aumento das provisões	0,09%	0,00%	0,09%		
33		Juros e rendimentos similares suportados	0,58%	0,60%	0,09%		
34		Imposto sobre o rendimento do período	0,00%	0,00%	0,00%		
35		Outros gastos	2,02%	0,82%	1,68%		

NOTAS

1 LINHA 14: Este valor está subestimado porque há casos que não foi possível discriminar onde ele está incluído no total dos "subsídios das outras entidades públicas"

2 LINHA 22: Este valor está subestimado porque há casos que não foi possível discriminar onde ele está incluído no total dos "outros rendimentos"

3 LINHA 23: Este valor está subestimado porque há casos que não foi possível discriminar onde ele está incluído no total dos "outros rendimentos"

4 LINHA 24: Este valor está subestimado porque há casos que não foi possível discriminar onde ele está incluído no total dos "outros rendimentos"

		BRAGANÇA	C. BRANCO	COIMBRA	
1	N.º DE IPSS	10	16	29	
ESTRUTURA DOS RENDIMENTOS (% DO TOTAL DOS RENDIMENTOS)	Vendas e prestações de serviços	Total	43,84%	42,29%	46,30%
		Vendas	0,00%	0,30%	0,38%
	Prestações de serviços	Total	43,84%	41,99%	45,93%
		Mensalidades, inscrições, participações e quotas dos utilizadores	42,57%	41,02%	24,02%
		Quotizações e joias dos associados	0,17%	0,19%	0,28%
		Serviços secundários, promoções para a captação de recursos, rendimentos de patrocinadores, IVA de serviços com imposto incluído e descontos e abatimentos	1,10%	0,78%	21,63 ²⁷
		Variação nos inventários de produção	0,00%	0,00%	0,08%
	Trabalhos para a própria entidade	0,07%	0,51%	0,69%	
	Subsídios, doações e legados a exploração	Total	49,74%	48,17%	43,97%
		Subsídios do Estado e de outras entidades públicas	Total	48,60%	47,91%
Segurança Social			43,74%	43,31%	31,39%
Outras entidades da Administração Central e Institutos Públicos			4,41%	4,39%	8,94%
Autarquias			0,46%	0,20%	0,34%
Subsídios de entidades privadas		0,01%	0,05%	0,18%	
Doações e heranças		1,12%	0,17%	3,11%	
Legados		0,00%	0,04%	0,00%	
Reversões de imparidades de dívidas, de depreciações e amortizações e de provisões	0,00%	2,60%	0,00%		
Ganhos por aumentos de justo valor	0,00%	0,00%	0,00%		
Juros e rendimentos similares obtidos	0,03%	0,34%	0,67%		
Outros rendimentos	Total	6,31%	6,08%	8,28%	
	Imputação de subsídios e doações para investimento	0,26%	0,98%	0,29%	
	Donativos	0,01%	0,87%	0,07%	
	Consignações e restituições de impostos	0,00%	0,06%	0,00%	
	Outros rendimentos (rendimentos da propriedade, etc.)	6,04%	4,17%	7,92%	
ESTRUTURA DOS GASTOS (% DO TOTAL DOS GASTOS)	Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas	12,58%	11,11%	12,37%	
	Fornecimentos e serviços externos	16,76%	18,20%	19,93%	
	Gastos com o pessoal	58,99%	61,69%	52,50%	
	Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	9,21%	6,91%	5,63%	
	Perdas por imparidades	0,18%	0,13%	0,66%	
	Perdas por reduções de justo valor	0,00%	0,05%	0,00%	
	Aumento das provisões	0,00%	0,00%	0,36%	
	Juros e rendimentos similares suportados	1,15%	0,28%	0,65%	
	Imposto sobre o rendimento do período	0,00%	0,00%	0,01%	
	Outros gastos	0,90%	1,17%	6,18%	

²⁷ Esta média é muito influenciada pelas atividades de duas fundações: Fundação Amaro Aurélio Diniz (Oliveira do Hospital) e Fundação ADFP (Miranda do Corvo).

NOTAS

¹ LINHA 14: Este valor está subestimado porque há casos que não foi possível discriminar onde ele está incluído no total dos "subsídios das outras entidades públicas"

² LINHA 22: Este valor está subestimado porque há casos que não foi possível discriminar onde ele está incluído no total dos "outros rendimentos"

³ LINHA 23: Este valor está subestimado porque há casos que não foi possível discriminar onde ele está incluído no total dos "outros rendimentos"

⁴ LINHA 24: Este valor está subestimado porque há casos que não foi possível discriminar onde ele está incluído no total dos "outros rendimentos"

		ÉVORA	FARO	GUARDA	
1	N.º DE IPSS	16	18	33	
ESTRUTURA DOS RENDIMENTOS (% DO TOTAL DOS RENDIMENTOS)	Vendas e prestações de serviços	Total	59,53%	27,75%	42,67%
		Vendas	7,73%	0,19%	4,95%
	Prestações de serviços	Total	51,79%	27,57%	37,70%
		Mensalidades, inscrições, participações e quotas dos utilizadores	19,94%	25,17%	36,72%
		Quotizações e joias dos associados	0,20%	0,55%	0,25%
		Serviços secundários, promoções para a captação de recursos, rendimentos de patrocinadores, IVA de serviços com imposto incluído e descontos e abatimentos	31,65% ²⁸	1,85%	0,73%
		Variação nos inventários de produção	0,08%	0,00%	-1,10%
	Trabalhos para a própria entidade	0,07%	0,36%	0,09%	
	Subsídios, doações e legados a exploração	Total	33,47%	64,92%	52,39%
		Subsídios do Estado e de outras entidades públicas	Total	32,94%	62,78%
Segurança Social			31,50%	52,76%	34,44%
Outras entidades da Administração Central e Institutos Públicos			1,35%	8,46%	16,78%
Autarquias			0,09%	1,56%	0,37%
Subsídios de entidades privadas		0,10%	0,33%	0,66%	
Doações e heranças		0,43%	1,80%	0,14%	
Legados		0,00%	0,00%	0,00%	
Reversões de imparidades de dívidas, de depreciações e amortizações e de provisões	0,00%	0,02%	0,01%		
Ganhos por aumentos de justo valor	0,00%	0,00%	0,00%		
Juros e rendimentos similares obtidos	0,11%	0,02%	0,42%		
Outros rendimentos	Total	6,75%	6,82%	5,53%	
	Imputação de subsídios e doações para investimento	0,82%	0,76%	0,65%	
	Donativos	0,49%	0,58%	0,07%	
	Consignações e restituições de impostos	0,14%	0,03%	0,27%	
	Outros rendimentos (rendimentos da propriedade, etc.)	5,44%	5,45%	4,54%	
ESTRUTURA DOS GASTOS (% DO TOTAL DOS GASTOS)	Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas	10,70%	9,60%	14,58%	
	Fornecimentos e serviços externos	42,26%	18,75%	18,44%	
	Gastos com o pessoal	43,17%	62,67%	57,45%	
	Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	2,88%	5,41%	6,87%	
	Perdas por imparidades	0,01%	0,37%	0,19%	
	Perdas por reduções de justo valor	0,01%	0,00%	0,73%	
	Aumento das provisões	0,22%	0,01%	0,02%	
	Juros e rendimentos similares suportados	0,07%	0,57%	0,62%	
	Imposto sobre o rendimento do período	0,00%	0,04%	0,01%	
	Outros gastos	0,78%	2,80%	0,93%	

²⁸ Esta média é muito influenciada por uma Misericórdia (Évora).

NOTAS

¹ LINHA 14: Este valor está subestimado porque há casos que não foi possível discriminar onde ele está incluído no total dos "subsídios das outras entidades públicas"

² LINHA 22: Este valor está subestimado porque há casos que não foi possível discriminar onde ele está incluído no total dos "outros rendimentos"

³ LINHA 23: Este valor está subestimado porque há casos que não foi possível discriminar onde ele está incluído no total dos "outros rendimentos"

⁴ LINHA 24: Este valor está subestimado porque há casos que não foi possível discriminar onde ele está incluído no total dos "outros rendimentos"

		LEIRIA	LISBOA	PORTALEGRE		
1	N.º DE IPSS	23	102	13		
2	Vendas e prestações de serviços	Total	43,99%	47,88%	36,63%	
3		Vendas	0,18%	1,52%	0,17%	
4		Prestações de serviços	Total	43,81%	46,37%	36,47
5			Mensalidades, inscrições, participações e quotas dos utilizadores	41,03%	36,30%	37,74%
6			Quotizações e joias dos associados	0,34%	0,99%	0,26%
7			Serviços secundários, promoções para a captação de recursos, rendimentos de patrocinadores, IVA de serviços com imposto incluído e descontos e abatimentos	2,45%	9,08%	1,46%
8		Variação nos inventários de produção	0,00%	0,00%	0,00%	
9	Trabalhos para a própria entidade	0,96%	0,04%	0,82%		
10	Subsídios, doações e legados a exploração	Total	45,81%	38,26%	52,47%	
11		Subsídios do Estado e de outras entidades públicas	Total	45,14%	32,27%	46,26%
12			Segurança Social	41,66%	26,76%	38,31%
13			Outras entidades da Administração Central e Institutos Públicos	2,76%	4,53%	7,74%
14			Autarquias	0,73%	0,97%	0,21%
15		Subsídios de entidades privadas	0,21%	0,32	0,75%	
16		Doações e heranças	0,45%	5,63%	5,46%	
17	Legados	0,00%	0,04%	0,00%		
18	Reversões de imparidades de dívidas, de depreciações e amortizações e de provisões	0,01%	0,24%	0,03%		
19	Ganhos por aumentos de justo valor	0,00%	0,00%	0,00%		
20	Juros e rendimentos similares obtidos	0,09%	0,31%	0,15%		
21	Outros rendimentos	Total	9,13%	13,27%	9,89%	
22		Imputação de subsídios e doações para investimento	0,20%	0,73%	1,42%	
23		Donativos	0,67%	1,33%	0,14%	
24		Consignações e restituições de impostos	0,09%	0,85%	0,10%	
25		Outros rendimentos (rendimentos da propriedade, etc.)	8,17%	10,36%	8,23%	
26	Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas	12,27%	7,91%	10,40%		
27	Fornecimentos e serviços externos	17,28%	22,17%	20,98%		
28	Gastos com o pessoal	62,47%	54,60%	58,36%		
29	Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	5,04%	4,67%	7,71%		
30	Perdas por imparidades	0,19%	0,19%	0,00%		
31	Perdas por reduções de justo valor	0,00%	1,14%	0,06%		
32	Aumento das provisões	0,00%	0,92%	0,00%		
33	Juros e rendimentos similares suportados	0,56%	0,43%	0,36%		
34	Imposto sobre o rendimento do período	0,02%	0,01%	-0,37%		
35	Outros gastos	2,73%	2,73%	3,81%		

NOTAS

1 LINHA 14: Este valor está subestimado porque há casos que não foi possível discriminar onde ele está incluído no total dos “subsídios das outras entidades públicas”

2 LINHA 22: Este valor está subestimado porque há casos que não foi possível discriminar onde ele está incluído no total dos “outros rendimentos”

3 LINHA 23: Este valor está subestimado porque há casos que não foi possível discriminar onde ele está incluído no total dos “outros rendimentos”

4 LINHA 24: Este valor está subestimado porque há casos que não foi possível discriminar onde ele está incluído no total dos “outros rendimentos”

		PORTO	SANTARÉM	SETÚBAL		
1	N.º DE IPSS	63	28	24		
2	Vendas e prestações de serviços	Total	38,20%	37,45%	43,54%	
3		Vendas	3,10%	0,21%	4,77%	
4		Prestações de serviços	Total	35,10%	37,24%	38,77
5			Mensalidades, inscrições, participações e quotas dos utilizadores	28,87%	34,63%	27,10%
6			Quotizações e joias dos associados	4,62%	0,63%	0,69%
7			Serviços secundários, promoções para a captação de recursos, rendimentos de patrocinadores, IVA de serviços com imposto incluído e descontos e abatimentos	1,61%	1,98%	10,98%
8		Variação nos inventários de produção	0,00%	0,00%	0,00%	
9	Trabalhos para a própria entidade	0,21%	0,22%	0,15%		
10	Subsídios, doações e legados a exploração	Total	52,22%	55,54%	50,80%	
11		Subsídios do Estado e de outras entidades públicas	Total	49,25%	54,37%	49,85%
12			Segurança Social	46,41%	46,13%	40,75%
13			Outras entidades da Administração Central e Institutos Públicos	2,40%	6,88%	8,57%
14			Autarquias	0,44%	1,36%	0,54%
15		Subsídios de entidades privadas	0,42%	0,13%	0,10%	
16		Doações e heranças	2,55%	1,04%	0,84%	
17	Legados	0,00%	0,00%	0,00%		
18	Reversões de imparidades de dívidas, de depreciações e amortizações e de provisões	0,01%	0,01%	0,04%		
19	Ganhos por aumentos de justo valor	0,00%	0,00%	0,01%		
20	Juros e rendimentos similares obtidos	0,31%	0,11%	0,11%		
21	Outros rendimentos	Total	9,05%	6,67%	5,35%	
22		Imputação de subsídios e doações para investimento	0,70%	1,54%	0,39%	
23		Donativos	1,35%	0,52%	0,67%	
24		Consignações e restituições de impostos	0,05%	0,19%	0,16%	
25		Outros rendimentos (rendimentos da propriedade, etc.)	6,95%	4,42%	4,13%	
26	Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas	9,22%	11,40%	9,05%		
27	Fornecimentos e serviços externos	20,83%	17,60%	23,08%		
28	Gastos com o pessoal	60,85%	62,81%	59,01%		
29	Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	4,18%	5,66%	4,91%		
30	Perdas por imparidades	0,66%	0,17%	0,02%		
31	Perdas por reduções de justo valor	0,00%	0,00%	0,01%		
32	Aumento das provisões	0,25%	0,00%	0,01%		
33	Juros e rendimentos similares suportados	0,26%	0,22%	1,86%		
34	Imposto sobre o rendimento do período	0,00%	0,00%	0,00%		
35	Outros gastos	3,08%	1,84%	1,86%		

NOTAS

1 LINHA 14: Este valor está subestimado porque há casos que não foi possível discriminar onde ele está incluído no total dos “subsídios das outras entidades públicas”

2 LINHA 22: Este valor está subestimado porque há casos que não foi possível discriminar onde ele está incluído no total dos “outros rendimentos”

3 LINHA 23: Este valor está subestimado porque há casos que não foi possível discriminar onde ele está incluído no total dos “outros rendimentos”

4 LINHA 24: Este valor está subestimado porque há casos que não foi possível discriminar onde ele está incluído no total dos “outros rendimentos”

		V. CASTELO	VILA REAL	UISEU
1	N.º DE IPSS	15	15	27
2	ESTRUTURA DOS RENDIMENTOS (% DO TOTAL DOS RENDIMENTOS)	Vendas e prestações de serviços		
3		Total		
4		Vendas		
5		Total		
6		Mensalidades, inscrições, participações e quotas dos utilizadores		
7		Quotizações e joias dos associados		
8		Serviços secundários, promoções para a captação de recursos, rendimentos de patrocinadores, IVA de serviços com imposto incluído e descontos e abatimentos		
9		Variação nos inventários de produção		
10		Trabalhos para a própria entidade		
11		Total		
12	Subsídios, doações e legados a exploração	Total		
13		Segurança Social		
14		Outras entidades da Administração Central e Institutos Públicos		
15		Autarquias		
16		Subsídios de entidades privadas		
17		Doações e heranças		
18		Legados		
19	Reversões de imparidades de dívidas, de depreciações e amortizações e de provisões			
20	Ganhos por aumentos de justo valor			
21	Juros e rendimentos similares obtidos			
22	Outros rendimentos	Total		
23		Imputação de subsídios e doações para investimento		
24		Donativos		
25		Consignações e restituições de impostos		
26		Outros rendimentos (rendimentos da propriedade, etc.)		
27	Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas			
28	Fornecimentos e serviços externos			
29	Gastos/Reversões de depreciação e de amortização			
30	Perdas por imparidades			
31	Perdas por reduções de justo valor			
32	Aumento das provisões			
33	Juros e rendimentos similares suportados			
34	Imposto sobre o rendimento do período			
35	Outros gastos			

NOTAS

1 LINHA 14: Este valor está subestimado porque há casos que não foi possível discriminar onde ele está incluído no total dos “subsídios das outras entidades públicas”

2 LINHA 22: Este valor está subestimado porque há casos que não foi possível discriminar onde ele está incluído no total dos “outros rendimentos”

3 LINHA 23: Este valor está subestimado porque há casos que não foi possível discriminar onde ele está incluído no total dos “outros rendimentos”

4 LINHA 24: Este valor está subestimado porque há casos que não foi possível discriminar onde ele está incluído no total dos “outros rendimentos”

ESTRUTURA DOS RENDIMENTOS E DOS GASTOS DAS IPSS DA CENTRAL DE BALANÇOS CRIADA NESTE ESTUDO, EM 2016 (REGIÕES AUTÓNOMAS)

		AÇORES	MADEIRA
1	N.º DE IPSS	23	6
2	ESTRUTURA DOS RENDIMENTOS (% DO TOTAL DOS RENDIMENTOS)	Vendas e prestações de serviços	
3		Total	
4		Vendas	
5		Total	
6		Mensalidades, inscrições, participações e quotas dos utilizadores	
7		Quotizações e joias dos associados	
8		Serviços secundários, promoções para a captação de recursos, rendimentos de patrocinadores, IVA de serviços com imposto incluído e descontos e abatimentos	
9		Variação nos inventários de produção	
10		Trabalhos para a própria entidade	
11		Total	
12	Subsídios, doações e legados a exploração	Total	
13		Segurança Social	
14		Outras entidades da Administração Central e Institutos Públicos	
15		Autarquias	
16		Subsídios de entidades privadas	
17		Doações e heranças	
18		Legados	
19	Reversões de imparidades de dívidas, de depreciações e amortizações e de provisões		
20	Ganhos por aumentos de justo valor		
21	Juros e rendimentos similares obtidos		
22	Outros rendimentos	Total	
23		Imputação de subsídios e doações para investimento	
24		Donativos	
25		Consignações e restituições de impostos	
26		Outros rendimentos (rendimentos da propriedade, etc.)	
27	Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas		
28	Fornecimentos e serviços externos		
29	Gastos/Reversões de depreciação e de amortização		
30	Perdas por imparidades		
31	Perdas por reduções de justo valor		
32	Aumento das provisões		
33	Juros e rendimentos similares suportados		
34	Imposto sobre o rendimento do período		
35	Outros gastos		

NOTAS

1 LINHA 14: Este valor está subestimado porque há casos que não foi possível discriminar onde ele está incluído no total dos “subsídios das outras entidades públicas”

2 LINHA 22: Este valor está subestimado porque há casos que não foi possível discriminar onde ele está incluído no total dos “outros rendimentos”

3 LINHA 23: Este valor está subestimado porque há casos que não foi possível discriminar onde ele está incluído no total dos “outros rendimentos”

4 LINHA 24: Este valor está subestimado porque há casos que não foi possível discriminar onde ele está incluído no total dos “outros rendimentos”

8.2 ESTRUTURA DOS RENDIMENTOS E DOS GASTOS DAS IPSS QUE INTEGRAM A CENTRAL DE BALANÇOS CRIADA NESTE ESTUDO, POR FORMAS JURÍDICAS, EM 2016

ESTRUTURA DOS RENDIMENTOS E DOS GASTOS DAS IPSS DA CENTRAL DE BALANÇOS CRIADA NESTE ESTUDO, POR FORMAS JURÍDICAS, EM 2016

		ASSOCIAÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	CENTROS SOCIAIS PAROQUIAIS	MISERICÓRDIAS		
1	N.º DE IPSS	336	99	39		
2	ESTRUTURA DOS RENDIMENTOS (% DO TOTAL DOS RENDIMENTOS)	Vendas e prestações de serviços				
3		Total	38,77%	42,43%	48,33%	
4		Vendas	1,08%	0,12%	6,36%	
5		Prestações de serviços	Total	37,69%	42,31%	41,98%
6			Mensalidades, inscrições, participações e quotas dos utilizadores	32,02%	40,79%	32,71%
7			Quotizações e joias dos associados	0,82%	0,02%	0,29%
8			Serviços secundários, promoções para a captação de recursos, rendimentos de patrocinadores, IVA de serviços com imposto incluído e descontos e abatimentos	4,84%	1,49%	8,98%
9		Variação nos inventários de produção	-0,07%	0,00%	0,02%	
10		Trabalhos para a própria entidade	0,27%	0,00%	0,36%	
11		Subsídios, doações e legados a exploração	Total			
12			Total	52,47%	52,23%	42,60%
13			Segurança Social	41,09%	46,99%	35,63%
14			Outras entidades da Administração Central e Institutos Públicos	7,08%	2,63%	6,02%
15			Autarquias	0,89%	0,87%	0,27%
16			Subsídios de entidades privadas	0,33%	0,27%	0,05%
17			Doações e heranças	3,06%	1,47%	0,63%
18		Legados	0,02%	0,00%	0,00%	
19	Reversões de imparidades de dívidas, de depreciações e amortizações e de provisões	0,07%	0,02%	0,02%		
20	Ganhos por aumentos de justo valor	0,02%	0,10%	0,00%		
21	Juros e rendimentos similares obtidos	0,21%	0,20%	0,16%		
22	Outros rendimentos	Total	8,26%	5,01%	8,50%	
23		Imputação de subsídios e doações para investimento	0,79%	0,80%	0,74%	
24		Donativos	1,12%	0,71%	0,22%	
25		Consignações e restituições de impostos	0,30%	0,10%	0,04%	
26	Outros rendimentos (rendimentos da propriedade, etc.)	6,05%	3,40%	7,50%		
27	ESTRUTURA DOS GASTOS (% DO TOTAL DOS GASTOS)	Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas	8,69%	10,12%	12,35%	
28		Fornecimentos e serviços externos	20,23%	19,01%	25,23%	
29		Gastos com o pessoal	61,78%	63,28%	55,32%	
30		Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	5,34%	5,41%	5,48%	
31		Perdas por imparidades	0,42%	0,05%	0,14%	
32		Perdas por reduções de justo valor	0,00%	0,24%	0,01%	
33		Aumento das provisões	0,08%	0,05%	0,08%	
34		Juros e rendimentos similares suportados	0,63%	0,42%	0,37%	
35		Imposto sobre o rendimento do período	-0,01%	0,01%	0,01%	
36		Outros gastos	2,40%	1,25%	1,14%	

NOTAS

1 LINHA 14: Este valor está subestimado porque há casos que não foi possível discriminar onde ele está incluído no total dos "subsídios das outras entidades públicas"

2 LINHA 22: Este valor está subestimado porque há casos que não foi possível discriminar onde ele está incluído no total dos "outros rendimentos"

3 LINHA 23: Este valor está subestimado porque há casos que não foi possível discriminar onde ele está incluído no total dos "outros rendimentos"

4 LINHA 24: Este valor está subestimado porque há casos que não foi possível discriminar onde ele está incluído no total dos "outros rendimentos"

140

		ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS	FUNDAÇÕES	INSTITUTOS DE ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS			
1	N.º DE IPSS	8	25	22			
2	ESTRUTURA DOS RENDIMENTOS (% DO TOTAL DOS RENDIMENTOS)	Total	70,91%	43,29%	20,51%		
3		Vendas	7,06%	1,25%	0,28%		
4		Vendas e prestações de serviços	Prestações de serviços	Total	63,85%	42,04%	20,23%
5				Mensalidades, inscrições, participações e quotas dos utilizadores	36,87%	24,61%	20,13%
6				Quotizações e joias dos associados	10,19%	0,00%	0,00%
7				Serviços secundários, promoções para a captação de recursos, rendimentos de patrocinadores, IVA de serviços com imposto incluído e descontos e abatimentos	16,78%	17,43%	0,11%
8				Variação nos inventários de produção	0,00%	0,04%	0,00%
9		Trabalhos para a própria entidade	0,00%	0,31%	0,00%		
10		Subsídios, doações e legados a exploração	Subsídios do Estado e de outras entidades públicas	Total	9,57%	41,68%	70,60%
11				Total	8,08%	61,95%	61,95%
12				Segurança Social	1,35%	54,32%	54,32%
13				Outras entidades da Administração Central e Institutos Públicos	0,14%	0,14%	7,30%
14				Autarquias	0,00%	0,33%	0,33%
15				Subsídios de entidades privadas	0,00%	0,15%	1,24%
16				Doações e heranças	0,00%	4,02%	7,41%
17		Legados	0,00%	0,00%	0,00%		
18		Reversões de imparidades de dívidas, de depreciações e amortizações e de provisões	0,34%	0,16%	2,22%		
19	Ganhos por aumentos de justo valor	0,00%	0,00%	0,00%			
20	Juros e rendimentos similares obtidos	0,22%	0,88%	0,30%			
21	Outros rendimentos	Total	18,96%	13,64%	6,36%		
22		Imputação de subsídios e doações para investimento	0,02%	0,47%	0,93%		
23		Donativos	0,16%	0,52%	2,13%		
24		Consignações e restituições de impostos	0,53%	1,07%	0,07%		
25		Outros rendimentos (rendimentos da propriedade, etc.)	18,25%	11,58%	3,23%		
26	ESTRUTURA DOS GASTOS (% DO TOTAL DOS GASTOS)	Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas	7,94%	11,78%	10,98%		
27		Fornecimentos e serviços externos	19,69%	20,98%	16,43%		
28		Gastos com o pessoal	25,04%	53,67%	64,96%		
29		Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	3,13%	5,07%	4,36%		
30		Perdas por imparidades	1,90%	0,58%	0,13%		
31		Perdas por reduções de justo valor	4,99%	0,48%	0,16%		
32		Aumento das provisões	4,92%	0,01%	0,00%		
33		Juros e rendimentos similares suportados	1,08%	0,70%	0,15%		
34		Imposto sobre o rendimento do período	0,00%	0,01%	0,00%		
35		Outros gastos	32,02%	5,36%	2,57%		

NOTAS

1 LINHA 14: Este valor está subestimado porque há casos que não foi possível discriminar onde ele está incluído no total dos “subsídios das outras entidades públicas”

2 LINHA 22: Este valor está subestimado porque há casos que não foi possível discriminar onde ele está incluído no total dos “outros rendimentos”

3 LINHA 23: Este valor está subestimado porque há casos que não foi possível discriminar onde ele está incluído no total dos “outros rendimentos”

4 LINHA 24: Este valor está subestimado porque há casos que não foi possível discriminar onde ele está incluído no total dos “outros rendimentos”

141

		CASAS DO POVO	COOPERATIVAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL			
1	N.º DE IPSS	10	14			
2	ESTRUTURA DOS RENDIMENTOS (% DO TOTAL DOS RENDIMENTOS)	Total	50,95%	22,56%		
3		Vendas	21,72%	1,59%		
4		Vendas e prestações de serviços	Prestações de serviços	Total	29,23%	20,96%
5				Mensalidades, inscrições, participações e quotas dos utilizadores	25,78%	16,81%
6				Quotizações e joias dos associados	0,11%	0,10%
7				Serviços secundários, promoções para a captação de recursos, rendimentos de patrocinadores, IVA de serviços com imposto incluído e descontos e abatimentos	3,33%	4,06%
8				Variação nos inventários de produção	0,00%	0,01%
9		Trabalhos para a própria entidade	0,14%	0,35%		
10		Subsídios, doações e legados a exploração	Subsídios do Estado e de outras entidades públicas	Total	44,57%	69,15%
11				Total	43,97%	68,06%
12				Segurança Social	36,07%	40,09%
13				Outras entidades da Administração Central e Institutos Públicos	3,67%	26,74%
14				Autarquias	4,24%	1,23%
15				Subsídios de entidades privadas	0,37%	0,20%
16				Doações e heranças	0,24%	0,88%
17		Legados	0,00%	0,00%		
18		Reversões de imparidades de dívidas, de depreciações e amortizações e de provisões	0,00%	0,00%		
19	Ganhos por aumentos de justo valor	0,00%	0,00%			
20	Juros e rendimentos similares obtidos	0,00%	0,13%			
21	Outros rendimentos	Total	4,33%	7,80%		
22		Imputação de subsídios e doações para investimento	0,80%	2,07%		
23		Donativos	0,10%	1,24%		
24		Consignações e restituições de impostos	0,03%	0,17%		
25		Outros rendimentos (rendimentos da propriedade, etc.)	3,40%	4,32%		
26	ESTRUTURA DOS GASTOS (% DO TOTAL DOS GASTOS)	Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas	21,72%	3,98%		
27		Fornecimentos e serviços externos	19,27%	20,81%		
28		Gastos com o pessoal	51,72%	63,72%		
29		Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	5,94%	5,70%		
30		Perdas por imparidades	0,04%	0,00%		
31		Perdas por reduções de justo valor	0,00%	0,00%		
32		Aumento das provisões	0,00%	0,00%		
33		Juros e rendimentos similares suportados	0,40%	0,68%		
34		Imposto sobre o rendimento do período	0,01%	0,00%		
35		Outros gastos	0,73%	5,22%		

NOTAS

1 LINHA 14: Este valor está subestimado porque há casos que não foi possível discriminar onde ele está incluído no total dos “subsídios das outras entidades públicas”

2 LINHA 22: Este valor está subestimado porque há casos que não foi possível discriminar onde ele está incluído no total dos “outros rendimentos”

3 LINHA 23: Este valor está subestimado porque há casos que não foi possível discriminar onde ele está incluído no total dos “outros rendimentos”

4 LINHA 24: Este valor está subestimado porque há casos que não foi possível discriminar onde ele está incluído no total dos “outros rendimentos”



FINANCIADO POR:



ESTUDO ELABORADO PARA A CNIS
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS
INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE
SOCIAL NO ÂMBITO DA CANDIDATURA
N.º POISE-03-4639-FSE-000007
DE 2 DE AGOSTO DE 2016
AMÉRICO M. S. CARVALHO MENDES

FINANCIADO POR:

